

**ENSINO A DISTÂNCIA**

Como a crise sanitária e o isolamento social ampliaram as possibilidades e os limites das tecnologias digitais na educação

4

**LEGISLAÇÃO**

Alterações contratuais e direitos autorais e de imagem dos professores em virtude da transição aos ambientes virtuais

22

**SISTEMAS DE ENSINO**

As flexibilizações nas normas educacionais e o aprofundamento das desigualdades entre ensino público e privado

38

**GEOPOLÍTICA**

Uma análise sobre os impactos da pandemia no comportamento das populações, na redefinição das fronteiras e do jogo de poder global — e que deverá ocupar um significativo espaço nas narrativas históricas sobre o século 21

16

# REVISTA textual

SETEMBRO 2020 | VOL. 1 | Nº 28

ISSN 1677-9126

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL • SINPRO/RS

## Pandemia: passado, presente e futuro incerto

O atual modelo de sociedade baseado na produção insustentável e no consumo desenfreado não reserva outro futuro ao planeta que não seja as emergências sanitárias | 29



## Textual / Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

v. 1, n. 28 (setembro/2020). – Porto Alegre: Sinpro/RS, 2020.

v.: 22x26 cm

Semestral

ISSN 1677-9126

11. Educação-periódicos 2. Ensino privado-periódicos I.

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CDU: 37(05)

Bibliotecária responsável: Melissa Martins CRB10/1380

Indexada ao CIBEC/INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

**SINPRO/RS**  
*Sindicato Cidadão*

**Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul**

**Fundado em maio de 1938**, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul Sinpro/RS foi o primeiro sindicato de professores do Estado. Pioneiro em adotar o conceito Sindicato Cidadão, no início dos anos 90 passou a atuar sob o trinômio Luta, Serviço e Cidadania. No mesmo período, adotou o Sistema de Direção Colegiada. O Sinpro/RS representa mais de 30 mil professores do ensino privado gaúcho, atuantes em 2 mil instituições de ensino.

Entre as principais conquistas, estão: piso salarial, adicional por tempo de serviço, adicional por aprimoramento acadêmico, pagamento de horas extras, plano de saúde e estabilidade do aposentando, cláusulas normatizadas anualmente pela Convenção Coletiva de Trabalho. Além de apoiar diversas iniciativas culturais, o Sinpro/RS também se destaca pela publicação do jornal Extra Classe (41 prêmios de jornalismo); pelo portal [www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br); pelo Prêmio Educação RS; pelo Núcleo de Planos de Carreira (NPC); pelo Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); e pela Revista Textual.

**Direção Colegiada Estadual** | Amarildo Pedro Cenci, Cássio Filipe Galvão Bessa, Celso Floriano Stefanoski, Cecília Maria Martins Farias, Erlon Veronez Schuler, Flávio Miguel Henn, Glória Celeste Pires Bittencourt, Jefferson Luis Lima Cunha, Marcos Júlio Fuhr, Margot Johanna Capela Andras, Sani Belfer Cardon, Suzana de Paula Rosa, Patrícia Dyonisio de Carvalho, Rodrigo Perla Martins.

**CONSELHO FISCAL** | **Titulares:** Angelo Estevão Prando, Flavia Campos de Quadros, Luiz Afonso Montini – **Suplentes:** Joao Marcelo Pereira dos Santos, Maria de Fatima Marques Ribeiro, Silvia da Silva Lopes

**REGIONAL BAGÉ** | Cármen Regina Schmidt Barbosa, Josiane Trindade Fernandes, Maria

Aurora Silva Vianna da Silva – **REGIONAL BENTO GONÇALVES** | Cristina Elisa Gehlen Zorzanello, Ivânia de Brito Costanzi, Marta Bertani – **REGIONAL ERECHIM** | Jorge Reppold Marinho – **REGIONAL LAJEADO** | Cristiane Feltraco Navarro, Douglas Barbosa Schlabit, Justina Inês Faccini Lied – **REGIONAL PASSO FUNDO** | Adriana Ferreira da Silva, Claudia Freires da Silva, Jean Mauro Menuzzi, Lisene Maroso, Vinicius Rauber e Souza – **REGIONAL PELOTAS** | Cristiane Marryam de Matos Quiumento, Luiz Otávio Pinhatti, Marcos Kammer – **REGIONAL RIO GRANDE** | Marlene José Machado, Rosane Berenice Pereira Fonseca – **REGIONAL SANTA CRUZ DO SUL** | Betina Durante,

Elizani Kaizer, João Batista Gomes, Josiane Abrunhosa da Silva Ulrich – **REGIONAL SANTA MARIA** | Ana Carla Mesquita Vergueiro da Cruz, Edmar Pereira Fabricio, Maria Lúcia Coelho Corrêa, Paulo Renato dos Santos Ferrony – **REGIONAL SANTA ROSA** | Carla Simone Sperling, Fernando Nonnemacher, Naima Marmitt Wadi – **REGIONAL SANTO ÂNGELO** | Cirilo José Dalla Costa, Isadora Wayhs Cadore Virgolin, Sandra Balbé de Freitas – **REGIONAL SÃO LEOPOLDO** | Andrea Maria Ritter, Daniel Vieira Sebastiani, Enécio da Silva, Otávio Afonso Forneck, Zeliene Santos De Arruda – **REGIONAL URUGUAIANA** | Evandro Ribeiro Rosso, Sandra Cristina Vargas dos Santos Pereira.

## expediente

A **Revista Textual** é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre / RS – CEP 90.040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. [www.sinprors.org.br/textual](http://www.sinprors.org.br/textual) – [textual@sinprors.org.br](mailto:textual@sinprors.org.br). **Impressão** | ANS Tiragem | 2.500 exemplares. **Coordenação Geral** | Valéria Ochoa | [valeria.ochoa@sinprors.org.br](mailto:valeria.ochoa@sinprors.org.br). **Edição Executiva** | Gilson Camargo | [gilson.camargo@sinprors.org.br](mailto:gilson.camargo@sinprors.org.br). **Conselho Editorial** | Erlon Veronez Schuler, Isadora Wayhs Cadore Virgolin, Josiane Abrunhosa da Silva Ulrich, Marcos Júlio Fuhr, Patrícia Dyonisio de Carvalho, Rodrigo Perla Martins, Rosane Berenice Pereira Fonseca. **Revisão** | Press Revisão. **Fotografia** | Igor Sperotto e arquivo de imagens do Sinpro/RS. **Capa** | Reprodução da pintura "O Triunfo da Morte" de Pieter Brueghel **Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração** | Rogério Nolasco Souza.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



facebook.com/SinproRS



twitter.com/SinproRS



instagram.com/SinproRS



youtube.com/SinproRS

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre, RS  
(51) 4009.2900 – 4009.2980  
www.sinprors.org.br/textual  
textual@sinprors.org.br

# sumário editorial



## capa

**Pandemias: passado,  
presente e o  
provável futuro** 29

## ensaio

**O vírus, as fronteiras e  
o poder no século XXI** 16

## artigos | dinâmica do meio educacional

**Possibilidades e limites das  
tecnologias digitais na educação** 4

**Flexibilizações normativas na  
Educação no Brasil... para quem?** 38

## artigos | o professor e o mundo da escola

**O trabalho docente na  
pandemia de Covid-19** 10

**Direito autoral e de  
imagem dos professores  
em tempos de pandemia** 22

Uma pandemia abrange fenômenos sociais, econômicos e conjunturais que superam a complexidade já considerável da biologia dos agentes envolvidos.

## Pandemias: muito além do mito de Demiurgo

Era no céu e nas divindades que nossos antepassados buscavam explicações para determinados eventos misteriosos que assolavam a saúde, os animais e as plantações. O mito de Demiurgo, a força divina que organiza o universo enunciado por Platão, ajuda a compreender essa visão de mundo: onde há uma lacuna de explicação, que se preencha com o desejo da ira de uma divindade ou uma conjunção astrológica desfavorável. Foi assim que boa parte da humanidade enfrentou pragas e pandemias ao longo da história. E ainda é. “Afim, não há na atual pandemia de Covid-19 quem acredite piamente que o novo coronavírus é resultado de um obscuro plano chinês para destruir o mundo ocidental neste século 21?”, indaga o autor do ensaio de capa desta edição.

Em *Pandemias, passado, presente e o provável futuro*, o professor da Feevale Fernando Spilki traça um retrospecto das emergências sanitárias desde os tempos bíblicos e repara que a humanidade convive desde sempre com as pandemias. “A ocupação de novos territórios, impactos ambientais locais e globais, associados aos diferentes contextos históricos nos levaram por mais de uma vez à disseminação de agentes infecciosos entre os seres humanos. A pandemia de Covid-19 demonstra que não estamos de modo algum livres desses desafios, pelo contrário, talvez estejamos mais expostos a essas situações de crise no futuro próximo”, alerta.

No ensaio *O vírus, as fronteiras e o poder no século 21*, o professor e historiador Fernando Horta preconiza que a Covid-19 deverá ocupar um significativo espaço nas análises históricas sobre este século, dado o impacto no comportamento das populações. “Se o século passado foi claramente dominado pelo Ocidente, suas tecnologias, sua cultura e sua economia, este parece pender para o Oriente, com a China tomando a posição de liderança mundial dos EUA”, projeta.

Na editoria *Dinâmica do meio educacional*, os professores Gabriel Grabowski e Cláudia Zank avaliam as possibilidades e os limites da aplicação das tecnologias digitais no ensino, e o diretor do Sinpro/RS Sani Cardon analisa as flexibilizações normativas educacionais. O trabalho docente neste período de suspensão das atividades presenciais é tema de artigo da professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS, na editoria *O professor e o mundo da escola*; que conta ainda com a colaboração dos advogados Henrique Teixeira e Mayara de Almeida, em artigo sobre as alterações contratuais e os direitos autoral e de imagem dos professores do ensino privado em tempos de pandemia.

Gabriel Grabowski  
Formado em Filosofia.  
Mestrado e Doutorado em  
Educação pela UFRGS.<sup>1</sup>

Cláudia Zank  
Mestre e Doutora  
em Educação pela  
UFRGS.<sup>2</sup>

## Possibilidades e limites das tecnologias digitais na educação

O ano letivo de 2020, em curso, será marcado pela experiência da pandemia. Seus impactos e efeitos somente poderão ser avaliados com o tempo.

### O contexto pandêmico

Podemos dizer que o que iria talvez ocorrer na educação em uma década acabou acontecendo de forma “emergencial” em um, dois ou três meses. Os professores estão aprendendo mais do que nunca a criar aulas online, testando, errando, ajustando, se desafiando a cada dia (BEHAR, 2020, s/p).

Alguns acreditam que o século XXI começou agora, e a pandemia não pode ser analisada isoladamente. Problemas que já existiam estão sendo ampliados e intensificados. No meio educacional, a impossibilidade de se prever uma solução ou retorno às aulas presenciais, combinada com a crise econômica que perdura desde 2015 exigem a busca de alternativas, mesmo transitórias. A modalidade remota, a mobilização das equipes, o uso de ferramentas digitais e o empenho para manter a motivação e o engajamento de professores, técnicos e estudantes são fatores que têm contribuído, segundo Ir. Evilázio Teixeira<sup>3</sup>, para manter o ensino em desenvolvimento no contexto pandêmico.

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



Todavia, o distanciamento social e a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais reacenderam e intensificaram o debate sobre a utilização de recursos e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na educação. Neste contexto, este artigo objetiva agregar algumas ideias e reflexões sobre as possibilidades e os limites da utilização dessas tecnologias na educação básica e superior, pública e privada, a partir da experiência em curso.

Definitivamente, fomos surpreendidos pelas demandas que a Covid-19 impôs à educação. Na tentativa de reduzir o risco de contágio e de disseminação do vírus, governos e mantenedoras de instituições suspenderam as aulas presenciais, causando um forte impacto no prosseguimento das atividades e aprendizagens dos estudantes. Sem tempo hábil para se organizar e preparar docentes e estudantes para o novo desafio, as redes públicas suspenderam as aulas, enquanto a rede privada optou por prosseguir remotamente.

Já no primeiro mês instaurou-se um clima de desespero entre gestores, professores, pais e alunos. No entanto, a pressão maior foi transferida para os professores, especialmente os que atuam na educação básica. Sem formação digital para trabalhar a distância e, no caso da rede pública, enfrentando ainda falta de meios tecnológicos (equipamentos e internet) e, ainda, sem apoio profissional e emocional, eles viram-se responsabilizados pela continuidade das aulas e pela qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Neste cenário inicial caótico e generalizado, com o passar das semanas, foi possível observar as diferentes realidades que começavam a se configurar. Escolas que vinham atuando com metodologias diversificadas e ensino híbrido<sup>4</sup>; que já contavam com um ambiente virtual de aprendizagem e já faziam formação de professores para utilização de recursos digitais puderam se adaptar mais rapidamente à nova realidade e a atuar remotamente com maior propriedade.

Aquelas escolas e mantenedoras que, apesar de não contar com uma estrutura tecnológica, porém, já tinham uma prática de incentivar e proporcionar a formação continuada de seus professores, contavam com profissionais com algum conhecimento acerca da aplicação de TDIC na educação e socializaram esse conhecimento com seus pares, se adaptaram mais rapidamente para continuar o



desenvolvimento da aprendizagem com seus estudantes. Ainda que tenha sido uma forma de improvisação, revelou a proatividade e o compromisso dos docentes a agirem na nova condição de trabalho.

Apesar desses cenários aparentemente positivos, essa não era a realidade da maioria das escolas. Pesquisa realizada entre os dias 13 de abril e 14 de maio de 2020<sup>5</sup> pelo Instituto Península mostrou que 83% dos professores, em média, ainda se sentiam nada ou pouco preparados para o ensino remoto. Assim, na necessidade e obrigatoriedade de manter as aulas, mesmo sem ter formação para atuação online, os professores passaram a utilizar as ferramentas de webconferência que lhes propiciava a familiaridade da aula expositiva. Começava a se configurar, assim, o denominado “Ensino Remoto Emergencial (ERE)”.

Naturalmente, a mera transposição, mesmo usando outros recursos digitais, como, por exemplo, a utilização de videoaulas, não foi suficiente para desenvolver as aprendizagens e envolver os estudantes. Além disso, os docentes foram e continuam sendo muito impactados por várias outras atividades: replanejar as aulas por meio de tecnologias; manter o vínculo e mobilizar estudantes e famílias; utilizar recursos tecnológicos próprios e realizar busca ativa de estudantes sem acesso à internet, entre outras atividades.

No que pese este esforço louvável de todos em reagir e buscar manter o vínculo entre educadores e estudantes, instituições de ensino e famílias, praticando a escuta e buscando entender juntos a nova realidade, é necessário pensar, ampliar e aprofundar mais filosófica e epistemologicamente esta relação e utilização das TDIC nas nossas vidas e na educação.

A mera transposição, mesmo usando recursos digitais como videoaulas, não foi suficiente para desenvolver as aprendizagens e envolver os estudantes.



Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS

### Tecnologias Digitais na Educação

*Temos que cuidar do professor, pois todas as mudanças só entram bem na escola se entrarem pelo professor, ele é a figura fundamental. Não há como substituir o professor. Ele é a tecnologia das tecnologias, e deve se portar como tal (DEMO, 2008 Apud Andrade, p. 16).*

O mundo, a vida, os processos produtivos, as relações sociais, nossas escolas e espaços privados estão permeados por tecnologias. Ela sempre esteve e está presente, em algum grau e medida, nos processos de educação. Para Comte e Martini (2015), hoje vivemos mais conectados com as representações e informações sobre o mundo do que com os acontecimentos concretos com os quais nos deparamos em nosso cotidiano. Na relação atual com a técnica existe algo exagerado, irracional, viciante, uma espécie de véu tecnológico patogênico em que, apesar de todos os discursos tenderem para a inclusão, a exceção faz parte da regra.

O debate sobre as tecnologias na educação brasileira data dos anos 1960 – em uma perspectiva tecnicista –, mas a mudança histórica do uso do computador na escola se deu com o advento das redes de internet, “quando além de pessoas comuns e veículos de comunicação de massa, alguns professores passaram a utilizar a rede como repositório digital” (Santos, 2013, p. 63).

O que a pandemia ocasionou abruptamente foi a intensificação do uso de tecnologias digitais a partir da substituição do presencial pelo não presencial. E nós, professores, como já apontava Sibília (2012), muitas vezes não sabemos como enfrentar um novo cená-

rio, pois, além de suportar a precariedade socioeconômica que assola a profissão, temos que lidar com as aflições suscitadas pelos questionamentos acerca do significado do nosso trabalho e com a dificuldade crescente de estar à altura do desafio.

A educação é um processo, não um fim em si mesmo. Não é produto e seus resultados são imensuráveis a curto prazo. Portanto, ela precisa sofrer intervenções positivas para o seu aprimoramento. A produção do conhecimento e a aprendizagem são um processo social coletivo em ambientes e espaços formativos. E cabe aqui o alerta de Sennett (2013) de que a sociedade moderna está desabilitando as pessoas na condução da vida cotidiana:

*Dispomos de muito mais máquinas do que nossos antepassados, mas de menos ideias sobre a melhor maneira de usá-las; temos mais canais entre as pessoas, graças às modernas formas de comunicação, mas menor compreensão sobre como nos comunicar bem (SENNETT, 2013, p. 10).*

Sabemos que os recursos digitais podem ser aplicados de maneira complementar a outros recursos didáticos nas aulas, tornando a aprendizagem mais dinâmica. Além disso, o ensino híbrido, ao possibilitar que as ações pedagógicas ocorram em diferentes espaços e tempos, proporciona a aplicação de metodologias que colocam o estudante como protagonista do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, e como alerta a pesquisadora Dra. Nora Krawczyk (Unicamp), é preciso atentar para não misturar situações de exceção com uma proposta educacional definitiva, como alguns interesses já o desejam.

Nesse sentido, se faz necessário esclarecer que Ensino Remoto Emergencial<sup>6</sup> (ERE) não é Educação a Distância (EaD), e que, sim, há educação a distância de qualidade, mas nem mesmo esta pode ser adequadamente aplicada a todos os níveis educacionais e em todas as realidades brasileiras. O ERE apresentou-se como uma alternativa para minimizar os impactos da suspensão das aulas presenciais na educação, através de ações pedagógicas mediadas pela internet. A urgente necessidade de atuar remotamente, o despreparo quanto à aplicação das tecnologias digitais, e a familiaridade com a sala de aula presencial levaram naturalmente à transposição do ensino presencial para o online através de aulas expositivas ministradas em ferramentas de webconferência e através de videoaulas, com apresentações de power point ou não, e com subsequente realização de tarefas pelos estudantes.

As aulas remotas, ao se caracterizarem basicamente por encontros síncronos (interações em que ocorrem ao mesmo tempo) e videoaulas, são recursos que podem ser utilizados na educação a distância. A EaD, portanto, é mais abrangente que o ERE e se configura por um planejamento no qual as ferramentas digitais e as estratégias pedagógicas são pensadas e selecionadas a partir da proposta de formação que se deseja trabalhar com os alunos. Também é importante considerar que, em uma EaD de qualidade, deve ser garantida a aprendizagem coletiva por meio de interações em lugares e tempos diversos (interações síncronas e assíncronas). Transpor uma aula expositiva presencial para o online não é EaD, é ensino remoto, e cursos que compartilham videoaulas ou de textos em pdf também não são EAD, mas meros cursos autoinstrucionais,

# Diferentemente da EaD, o Ensino Remoto é uma alternativa às aulas presenciais através de ações pedagógicas mediadas pela internet.

propagados pelos mercadores da educação como EAD para reduzir custos e aumentar seus lucros.

A Dra. Nora Krawczyk, da Unicamp, questiona igualmente os discursos que pregam que a EAD irá democratizar a educação. Ainda que tudo indique que poderá haver um período prolonga-

do de distanciamento social e que teremos que manter ou recorrer novamente a aulas remotas, será um grande desafio encontrar estratégias que não aprofundem as desigualdades já existentes, como a dificuldade de conectividade de parcela significativa de estudantes e mesmo de professores.

## Considerações finais

O ano letivo de 2020, em curso, será marcado pela experiência da pandemia. Seus impactos e efeitos somente poderão ser avaliados com o tempo. Contudo, como tudo está em movimento, a educação e os processos de ensinagem estão em transformação. Assim, ainda que seja possível vislumbrar algumas possibilidades e tendências, qualquer conclusão, com apenas quatro meses de excepcionalidade, seria precipitada e irresponsável.

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



Para António Nóvoa, o professor está salvando a escola e a importância voltou a ser destacada. A convivência e as trocas em grupo estão sendo revalorizadas. Os atuais espaços de trabalho e estudo estão sendo analisados e repensados. E todas essas novas experiências e relações apontam para uma maior valorização da educação, da ciência, do professor, da empatia educador-educando e da aprendizagem coletiva em espaços sociais.

Acredita-se que o retorno às instituições de ensino e à sala de aula presencial encontrará uma nova realidade: o que antes da pandemia era considerado “normal”, não existirá mais, até porque ninguém retorna à mesma condição anterior. Alunos que se acostumaram com a autonomia dos estudos e com a variedade de materiais de apoio e de recursos digitais não se satisfarão mais com as tradicionais aulas expositivas, apresentações em power point e livros didáticos. Novamente, instituições, gestores e professores terão que se reinventar.

O fato de a maioria dos professores não se sentir apta para atuar no ensino remoto, conforme apontou a pesquisa do Instituto Península, revela maior necessidade de investimento na formação continuada docente. Todavia, esta formação não poderá restringir-se a uma mera instrumentalização em ferramentas digitais, mas repensando todo o processo educacional a partir da realidade da escola, dos sujeitos da aprendizagem, da prática docente e do projeto político-pedagógico.

O ensino híbrido provavelmente tomará maiores proporções, exigindo dos professores novas habilidades. E é possível que, logo, não existam mais professores presenciais e professores online, mas tão somente professores, aptos a dar conta de processos de ensino e aprendizagem em diferentes espaços. Sabe-se que nenhuma tecnologia poderá substituir a centralidade das relações e interações humanas, que o isolamento nos demonstrou tão essenciais para nossas vidas, que são mais importantes que qualquer tecnologia ou economia.

## Sobre os autores

1 Professor e Pesquisador da Universidade Feevale e do IPA. Membro do Conselho Estadual de Educação do RS.

2 Fundadora da Coletividade Docente, startup de Impacto Social voltada à formação continuada de professores.

## Notas

3 Reitor da PUCRS. ZH, dias 4 e 5 de julho, p. 27

4 O Ensino Híbrido trata da convergência do modelo presencial e do modelo a distância, o qual utiliza as tecnologias digitais, de modo que um modelo complementa o outro. Esta proposta parte do princípio de que a aprendizagem pode ser dar em diferentes espaços e de diferentes formas (BACICH, TANZI NETO, TREVISANI; 2015).

5 Esta pesquisa faz parte de um projeto que está sendo realizado pelo Instituto Península, que se propõe a verificar o “Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil”.

6 “O termo remoto significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porque do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado” (Behar, 2020, s/p).

## Referências

ANDRADE, Ana Paula Rocha de. **Uso das tecnologias na educação**: computador e internet. 2011. Monografia - Universidade Estadual de Goiás, Brasília, 2011.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino Híbrido**: Personalização e tecnologia na educação. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (Orgs.). **Ensino Híbrido: Personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015, 270p.

BEHAR, Patricia Alejandra. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. In: **Jornal da Universidade**. Secretaria de Comunicação Social da UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 06/07/2020.

COMTE, Elaine; MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. **As Tecnologias na Educação**: uma questão somente técnica? Educ. Real. vol.40 no.4 Porto Alegre out./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623646599>. Acesso em 07/07/2020.

INSTITUTO Península. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil**. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/pesquisa-sentimento-e-percepcao-dos-professores-nos-diferentes-estagios-do-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em 05/07/2020.

KRAWCZYK, Nora. As falácias da Educação à Distância se alastram com (e como) o Covid19. **Carta Maior**. 31/05/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEducacao%2FAs-falacias-da-Educacao-a-Distancia-se-alastram-com-e-como-o-Covid19%2F54%2F47657>. Acesso em 06/07/2020.

NÓVOA, António. **Formação de professores em tempos de pandemia**. Webconferência Prof. António Nóvoa. Instituto iungo. 23/06/2020

<https://www.youtube.com/watch?v=ef3YQcbERIM&t=29s>

SANTOS, Vanice dos. **Ágora Digital**: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente virtual de aprendizagem. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SENNETT, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. (Tradução de Clóvis Marques). - 2ª edição - Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

Cecília Farias

Diretora do Sinpro/RS, ex-presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul e Coordenadora do Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP).

## O trabalho docente na pandemia de Covid-19

Sem projeto educacional no país, instituições, professores, alunos, funcionários e pais tiveram que tomar as rédeas do processo educacional.

O ano de 2020 será para sempre lembrado pelas consequências desastrosas decorrentes da pandemia de Covid-19. No âmbito mundial, os países enfrentam problemas de diferentes formas e, por isso, estão sendo impactados em graus diferenciados. Quanto maiores o cuidado e a articulação dos governos com medidas protetivas com relação ao vírus, menores estão sendo os prejuízos quanto à preservação de vidas.

No Brasil, o Governo Federal coloca, cada vez mais, a população em risco de morte, seja pela minimização das consequências mortais advindas do contágio, seja pela forma debochada de tratar o crescimento da pandemia. Mais ainda: mede forças com especialistas, demonstrando desdém pelo conhecimento científico acumulado. No início da pandemia, o então Ministro da Saúde teve um posicionamento claro e técnico no enfrentamento do problema, e o

que se viu foi o Presidente da República desautorizando ações implementadas e entrando em rota de colisão com o titular da pasta, o que gerou sua demissão. Depois dele, o Ministério foi liderado por gestores sem capacidade técnica de enfrentamento a uma pandemia dessa proporção.

Na educação, sucessivos equívocos na escolha de ministros: pessoas sem conhecimento das políticas educacionais brasileiras, sem postura para o cargo, sem projetos, preconceituosas, beligerantes e com grave perfil ideológico, na contramão do estímulo à unidade necessária para tão renegada área nos últimos anos.

Com esse recorte do cenário nacional, da pandemia pela Covid-19, sem projeto educacional no país, instituições, professores, alunos, funcionários e pais tiveram que tomar as rédeas do processo educacional.

As instituições de ensino foram as primeiras a suspender as aulas presenciais, motivadas pela necessidade do distanciamento social. A quantidade de pessoas que circulam nas comunidades escolares gera aglomeração, até então natural, em salas de aula e espaços de convivência. O ano letivo recém havia se iniciado, e as aulas foram suspensas, em consonância com os decretos estaduais e municipais.

Nesse período, leis, decretos e medidas provisórias foram emitidos, ora orientando a população com alterações normativas de organização do ano letivo, ora restringindo direitos dos trabalhadores. O ineditismo da situação fez com que, rapidamente, novas ações fossem tomadas, o que gerou angústia e insegurança no setor da educação, sobretudo para



Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS

os professores. As instituições, em destaque as da Educação Básica, apesar de contarem com suporte tecnológico para atividades educacionais, tiveram que ampliar, em um curto espaço de tempo, os recursos para possibilitar as aulas a distância.

A Medida Provisória 934, publicada em 1º de abril de 2020 e transformada na Lei 14.040, de 18 de agosto de 2020, flexibilizou a obrigatoriedade de escolas e de universidades cumprirem a quantidade mínima de dias letivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, porém a carga horária mínima de 800 horas deve ser cumprida.

Para adicionar mais um complicador, a Medida Provisória 936, de 20 de março de 2020, transformada na Lei 14020, de 6 de julho de 2020, possibilitou a suspensão do contrato de trabalho do professor e, também, a redução de jornada e de salário. Essas normas tensionaram ainda mais os docentes atingidos por sua aplicação, pois passaram a não contar com o salário integral e a reduzir as horas de trabalho com os alunos; contudo, terão de cumprir a carga horária necessária de 800 horas que não foram flexibilizadas.

O grande desafio exige muito estudo, criatividade e bom senso na seleção dos conhecimentos e das habilidades essen-

ciais para trabalho com os alunos. Segundo Celso Antunes, *uma verdadeira, integrada e unida equipe docente deve pensar sempre nos conteúdos imprescindíveis e os complementares e, dessa forma, priorizar o 'bem saber' que o 'muito memorizar' e, dessa forma, acreditar que uma escola e/ou família que 'bem educa' vale bem mais que outra que abriga a ingênua suposição de que o bastante vale mais que o essencial.* (<http://www.celsoantunes.com.br/editorial>. Acesso em 13/07/2020.)

### **Multiplidade de tarefas docentes**

O distanciamento social obrigou as escolas, professores e alunos a desenharem uma nova metodologia para a continuidade das aulas. Apesar de a escola privada ter avançado na aquisição de recursos tecnológicos, esses recursos são adicionais ao ensino presencial, modalidade que é elemento essencial para a qualidade da educação escolar. O fato é que, repentinamente, instituições e professores tiveram que entrar no mundo digital sem ter o tempo para se adequarem, tampouco em condições adequadas.

Em um contexto de dificuldades, marcado por uma política econômica excludente, que não atende às necessidades dos trabalhadores, coube aos docentes disponibilizar recursos próprios para dar conta das exigências do momento requeridas pelas instituições.

Os planos de internet nas casas dos professores precisaram ser mais potentes, os computadores e laptops não suportaram o peso das plataformas e novos programas tiveram de ser adquiridos, sem contar que alguns docentes, ainda analógicos, necessitaram assimilar essa tecnologia com agilidade para dar conta das exigências cada vez maiores.

Este foi um período de angústia e de insegurança para muitos professores que ainda lidavam com a tecnologia de maneira incipiente e que foram confrontados com a urgência de adaptar a metodologia do ensino presencial ao ensino remoto. A demanda por aulas a distância obrigou os docentes a aprenderem em um curto espaço de tempo produção e edição dos materiais elaborados para os alunos. Nesse tempo de distanciamento, houve ainda a necessidade de adaptação instantânea às aulas síncronas. Para tal, tornou-se obrigatória a participação em *lives*<sup>1</sup> e programas de formação a distância promovidos pelas instituições, mas que demandam muito mais do escasso tempo dos professores.

## Ampliação da jornada

A elaboração desses materiais ampliou a jornada de trabalho dos docentes, tendo sido registradas inúmeras situações de avanço nos demais turnos não previstos no contrato de trabalho. Outra preocupação dos professores: a inserção dos materiais elaborados nas plataformas ou no site das instituições extrapola as atribuições próprias dos docentes. Em alguns casos, foi preciso a ajuda de especialistas, o que, mais uma vez, exigiu maior investimento às custas do professor.

Outra demanda fora da jornada de trabalho são os inúmeros e-mails e/ou mensagens de WhatsApp recebidos de alunos, pais e escola, o que tensionou ainda mais quem já estava trabalhando muito mais horas do que as previstas na carga horária semanal.

Nesse período, chegaram também ao Sinpro/RS vários e-mails com questionamentos e sugestões, inclusive de pais que relatam o excesso de trabalho de seus filhos e dos professores. Em um deles, a mãe de dois estudantes, não professora, referiu-se que já

havia entrado em contato com a escola e mantenedora para reclamar; no entanto, não obteve retorno, por isso estava recorrendo ao Sindicato. Questionava: “(...) Eu vejo o bom trabalho que os professores estão tendo com meus filhos apesar da situação difícil. Minha filha já não está conseguindo dar conta de todas as atividades. Eu só tenho um computador em casa e, também, preciso usá-lo para o meu trabalho. Meu filho diz que nossa internet não dá conta de dois *meets*<sup>2</sup> ao mesmo tempo. Como devo fazer? Outro dia, estava acompanhando o *meet* do meu filho e vi um professor nitidamente exausto(...) os professores estão, semana a semana, ficando mais adoecidos! Eu percebo pelos *meets*(...)”

O que, entretanto, não pode ser debitado à pandemia de Covid-19 é o procedimento de instituições que, no início desse processo, obrigaram seus professores a ceder todo o material produzido. Não se fala aqui do material produzido para sua turma que já está remunerado no seu salário, mas aquele que, produzido por ele, foi apropriado pela instituição para outros

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



momentos. Um dos contratos enviados aos professores para que assinassem obrigava a cessão de todos os direitos gratuitamente: “O(A) PROFESSOR(A) cede e transfere para a INSTITUIÇÃO, com exclusividade, em caráter definitivo, a totalidade dos direitos patrimoniais/autorais e os direitos que lhe são conexos sobre o conteúdo produzido, para fins de utilização irrestrita e ilimitada, reprodução, edição, alteração, venda, cessão ou doação sem qualquer limitação/restrrição quanto à tiragem ou volume de distribuição, em qualquer espaço territorial, em qualquer idioma, na forma de livro digital eletrônico ou outro meio existente ou que venha a ser criado.(...)”. Ainda, em relação à imagem, exigia que o professor autorizasse e cedesse “(..) em caráter total, gratuito e sem qualquer ônus, à (sic) veicular e utilizar sua imagem e voz, de todas as formas lícitas, através da divulgação das matérias e atividades produzidas relacionados ao presente termo.(...)”. Transcrição de um dos contratos aditivos enviados para a assinatura dos professores.

Ou seja, em meio à pandemia, com tantas dificuldades, essas escolas aproveitaram a oportunidade para se apropriarem do direito dos trabalhadores. Qual professor reclamaria para a instituição dessa apropriação? Nenhum, pois isso colocaria em risco o seu emprego.

Mas é preciso lembrar que a ampliação do trabalho docente, para além da jornada, o uso de imagem e o direito autoral poderão ser reivindicados a qualquer momento, uma vez que já se constitui passivo trabalhista. A instituição que excede na exigência do cumprimento do trabalho precisa ser acionada quando não reconhece a jornada pesada e extenuante dos docentes frente a esta pandemia.

#### Condições de trabalho

Além desse cenário de trabalho excessivo, deve-se considerar ainda outros que dificultam a execução das tarefas docentes. Neste período, crianças e jovens também tiveram que



O período é de insegurança para quem lidava com a tecnologia de maneira incipiente e foi confrontado com a urgência de adaptar a metodologia para ensino remoto.



## artigo

O trabalho docente na  
pandemia de Covid-19

Foto: Iger Sperotto / SinproRS

seguir o distanciamento social, ficando em casa e exigindo cuidado e atenção. Os menores, majoritariamente afastados das escolas, principalmente aqueles com até 4 anos, precisaram de maior tempo de cuidado e os maiores, a ajuda dos pais para as tarefas das aulas a distância.

E mais, os docentes que normalmente contam com a ajuda de profissional para o trabalho doméstico, não tiveram esse apoio porque este profissional também teve de ficar na sua casa.

As aulas a distância foram assistidas por alunos e, às vezes, acompanhadas pelos pais, considerando que havia necessidade da sua presença para ajudar os filhos, especialmente os da Educação Infantil e os dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, há relatos de situações em que pais, mesmo sem formação pedagógica, tiveram opiniões e avaliações duras e equivocadas, o que é um desserviço que gera conflito desnecessário e insegurança no aluno.

Imediatamente, os professores que passaram por essa situação foram acionados por coordenações para que se explicassem. A questão não é a explicação, mas sua origem quando desprovida de base pedagógica. Quem sabe o que deve e como deve trabalhar com os estudantes é o professor, pois é ele quem, amparado pelo setor pedagógico e pela equipe diretiva, tem a formação adequada para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Essas dificuldades têm um potencial imenso de provocar ansiedade, angústia e depressão nos docentes, somadas pela vivência de uma epidemia inédita e com consequências inimagináveis, dignas de criativas produções cinematográficas. Não foram poucos os professores que recorreram ao Sindicato e a profissionais da saúde para conseguirem perseverar na docência; alguns, porém, desistiram, levados pela sensação de impotência ou de solidão, ou pela falta de amparo em suas dificuldades nas instituições de ensino.

### Excepcionalidade metodológica

A modalidade de ensino a distância não é, na avaliação de pesquisadores e de especialistas, adequada para a educação básica. Inúmeros argumentos defendem que a tecnologia é um importante recurso, um aliado, mas crianças e jovens precisam

Essas dificuldades  
têm um potencial  
imenso de provocar  
ansiedade, angústia e  
depressão, somadas  
à vivência de uma  
epidemia inédita e  
com consequências  
inimagináveis.



da interação com seus pares, professores e funcionários das escolas. O aprendizado que a socialização propicia jamais será substituído pelo estudo solitário, ainda que com interação tecnológica. Os conhecimentos acumulados pela civilização podem ser aprendidos pelos meios a distância, mas a forma de apresentação desses, a contextualização, as inter-relações possíveis, as diferentes percepções, o respeito e crescimento com o outro são fundamentais para a formação dos indivíduos. Não é à toa que a obrigatoriedade de matrícula na escola está expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No entanto, vivendo nesta excepcionalidade de realidade, o ensino remoto, a distância, se faz, temporariamente, necessário. Por isso, e somente por isso, é necessário que estes recursos sejam utilizados para minimizar os efeitos da ausência de aulas presenciais.

O ensino pós-pandemia não será o mesmo; outros recursos e metodologias poderão enriquecer as aulas, torná-las mais dinâmicas. Entretanto, é preciso ressaltar que, quando esse grave problema for superado, o ensino presencial deverá reassumir seu protagonismo.

De tudo, há que se referir à coragem e à capacidade dos docentes, em especial àqueles que atuam na Educação Básica, que, em meio a dificuldades, a desafios e a desconhecimentos,

transformam as dificuldades em aprendizagens, dando aulas de superação, eficiência, dedicação e de comprometimento com a educação de seus alunos.

*A estes heróis, o nosso reconhecimento!*

---

## Notas

1 Transmissões ao vivo feitas por meio das redes sociais.

2 Aplicativo de videoconferência do Google utilizado pelas escolas para as aulas síncronas.

---

## Referências

ANTUNES, Celso. Disponível em: <http://www.celsoantunes.com.br/editorial>. Acesso em 13/07/2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_idbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_idbn1.pdf). Acesso em: 13/07/2020.

BRASIL. Lei Federal 14040, de 18 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-14040-18-agosto-2020-790546-veto-161319-pl.html>. Acesso em 20/08/2020.

BRASIL. Medida Provisória 936, de 20 de março de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-936-de-1-de-abril-de-2020-250711934>. Acesso em 13/07/2020.

BRASIL. Medida Provisória 934, de 1º de abril de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em 13/07/2020.

BRASIL. Lei Federal 14020, de 6 de julho de 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-14020-6-julho-2020-790388-veto-161006-pl.html>. Acesso em 13/07/2020.



# ensaio

**Fernando Horta**

Professor, historiador, doutor em  
Relações Internacionais pela  
Universidade de Brasília (UnB).

A novidade que a pandemia nos legou  
foi uma comparação, em tempo real,  
das ações do antigo líder mundial  
e do postulante mais vigoroso.

## O vírus, as fronteiras e o poder no século XXI

**Palavras-chave:** Covid-19, Pandemia, Geopolítica, Relações Internacionais, Desenvolvimento, Economia, Política, Estados Unidos, China, América Latina.

### Resumo

Este artigo compara a postura da China e dos EUA no tratamento da pandemia de 2020, especialmente no que diz respeito à América Latina.

É indiscutível que a Covid-19 deverá ocupar um significativo espaço nas análises históricas sobre o século XXI. A pandemia mundial de 2020 pode não ser a mais mortal (estima-se que a Peste Bubônica ou peste negra, ocorrida no século XIV, matou cerca de 200 milhões de pessoas), mas, certamente, provocará uma mudança no comportamento das populações ao redor do globo.

Não se trata de afirmar o surgimento de um mundo “mais fraterno” ou “mais humano”, como alguns otimistas vêm pregando. Aqui interessa falar sobre as correlações de forças internacionais no século XXI. Se o século XX foi claramente dominado pelo Ocidente, suas tecnologias, sua cultura e sua economia, o século XXI parece pender para o Oriente, com a China tomando a posição de liderança mundial dos EUA.

Não é de hoje que os olhares de especialistas se voltam para a China. Há mais de uma década, economistas, historiadores e especialistas em relações internacionais profetizam a vanguarda chinesa, tanto em capacidade produtiva, quanto em desenvolvimento tecnológico. O impressionante desenvolvimento das forças produtivas chinesas, a partir da década de 1970, coloca em xeque todo o julgamento positivo dos processos de desenvolvimento ocidentais<sup>1</sup>.

A novidade que a pandemia nos legou foi uma comparação, em tempo real, das ações do antigo líder mundial e do postulante mais vigoroso. Em resumo, a Covid nos ofereceu a oportunidade de comparar as ações de uma potência decadente e uma ascendente sobre o mesmo problema e o mesmo assunto.

O cientista político norte-americano Joseph Nye cunhou um termo que rapidamente se disseminou no discurso acadêmico das Relações Internacionais: o *soft power*<sup>2</sup>. Quando se trata de compreender o comportamento das nações no sistema internacional, é normalmente invocado o conceito de poder. Poder como categoria de análise que pode ser compreendido como o poder militar, o poder econômico, o poder demográfico, etc. São inúmeras as formas de se pensar o poder. Durante todo o século XIX e metade do século XX, poder sempre foi entendido como um instrumento de força pelo qual aquele que o detém submete os outros à sua vontade. É esta, aliás, a definição clássica que dá Max Weber. Nye, em uma inspiração gramsciana, divide o poder em *hard power* e *soft power*.

O *hard* é exatamente aquilo que todos conhecemos por poder. São as bombas, os tanques, os aviões e o dinheiro. As capacidades materiais evidentes, como o controle do petróleo, a capacidade de

controlar os mares ou o espaço e as telecomunicações, também entram nesta categoria. Joseph Nye, contudo, percebe que há o poder exercido pela cultura, pela diplomacia, pela educação e todas as outras possíveis formas de exercer poder sem que seja “abaixo de vara”. A essa forma sutil de exercício do poder, que quase sempre sequer é percebida por aquele que sofre como “poder”, Nye chamou de *soft power*.

Durante todo o século XX, os EUA amalharam *hard* e *soft power*. As bombas atômicas foram importantes na concepção do controle a longo prazo da estratégia de dominação dos EUA<sup>3</sup>, como também foram Hollywood<sup>4</sup>, o financiamento de agências internacionais, como o Unicef ou a própria OMS. O *soft power* norte-americano, até o início do século XXI, era tão grande quanto seu *hard power*. Como espelho e guia do mundo, os EUA se colocavam ética e moralmente na posição de grandes atores internacionais, e guardavam suas bombas e seus aviões para os países que porventura não aceitassem as demonstrações do *soft power*.

A ajuda humanitária, os processos de cooperação médica, técnica e para o desenvolvimento que foram levados a cabo pelos EUA constituíram uma consolidação da imagem “bondosa” do país em relação ao mundo. Essa construção foi tão bem feita que nem os anos de apoio às violências no Oriente Médio, a exploração econômica da América Latina ou o virtual silenciamento dos povos da África conseguiram inverter a visão que o mundo fez dos EUA como “potência benevolente”. Ao menos, não durante o século XX.

Foto: Martin Sanchez / unsplash.com





Foto: Valter Campanato / Agência Brasil

### O que é *soft power*?

Theodore Roosevelt foi presidente dos EUA de 1901 a 1909. “Ted” (como fazia-se chamar) criou uma fórmula discursiva chamada de *Big Stick*.

“Fale macio, mas com grande porrete nas costas.”

Os EUA estariam dispostos a conversar e dialogar sempre que possível, mas deveria deixar clara a sua força militar. Sem saber, Roosevelt dava cores históricas à diferença que Joseph Nye enunciaria entre *hard power* e *soft power*. Já no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, os EUA aprenderiam (como todo o império desde a antiga Roma) que, em termos internacionais, é tanto importante o *big stick*, quanto o “falar macio”. Em realidade, toda utilização de poder implica em atrito entre quem exerce e aquele sobre quem o poder é exercido. Quanto menos atrito se puder criar, tanto mais efetivo e menos custoso é o exercício de tal poder<sup>5</sup>.

O poder dos canhões é bastante conhecido. Também o são os poderes econômicos. Em oposição a estes, Joseph Nye define *soft power* como as ações que “incluem fatores intangíveis como

instituições, ideias, valores, cultura e a legitimidade percebida destas políticas”<sup>6</sup>. Assim, cada *blockbuster* de Hollywood tem a capacidade de dispersar os valores e as visões que a sociedade norte-americana acredita serem corretos. O *soft power* se manifesta também na dispersão da língua inglesa, na cultura digital, nos esportes, na educação e efetivamente em tudo o que puder dispersar os valores da sociedade norte-americana.

Não é só o *hegemon*<sup>7</sup> que pode exercer *soft power*. Na prática, todos os atores internacionais exercem o poder “fino”. O Brasil, por exemplo, havia acumulado *soft power* com relação às questões ambientais. Antes do governo Bolsonaro, em termos internacionais, era impensado um acordo sobre meio ambiente sem a presença do Brasil<sup>8</sup>. Foram anos de uma diplomacia que buscava enfatizar a preocupação brasileira com as águas, a biodiversidade e os ambientes. Uma atuação que, por décadas, sustentou valores como sustentabilidade e preservação. Da mesma forma, a “neutralidade” suíça, por exemplo, lhe confere percepção internacional de árbitro.

No século XX, a China esteve o tempo todo sob escrutínio internacional cujo objetivo era, pode-se argumentar, evitar que conseguisse acumulação de qualquer forma de *soft power*. As constantes acusações do mundo ocidental sobre o não cumprimento da agenda de direitos humanos na China, as acusações de consumo alimentar de cães, a amplificação da celeuma com o Tibete, o confrontar a todo o tempo da China continental e a sociedade chinesa de Hong Kong são exemplos eloquentes da batalha das ideias que o século XX engendrou.

Após as reformas econômicas da década de 1970 e com o enorme crescimento da década de 1990 do século passado, a China passou também a ser atacada pela ridicularização da qualidade de seus produtos. O objetivo é açodiar o país competidor e diminuir o seu *soft power*, enquanto patrocinam-se ações de ampliação do mesmo poder fino por parte dos norte-americanos. O poder do convencimento, do afastar ou aproximar as pessoas de uma determinada nação é o exemplo mais visível deste que é um poder tão complexo.

### Um exemplo do passado

É possível perceber-se exemplos da disputa de *soft power* no século XX. EUA e URSS rivalizavam nas mentes de todos os habitantes do planeta, e nem sempre os EUA tiveram a postura técnica irreparável de gerenciar o seu *soft power*. Em 1961, por exemplo, o assassinato do líder congolês Patrice Lumumba provocou um imenso estrago na imagem externa dos EUA. E esse estrago foi prontamente aproveitado pela URSS.

Lumumba havia sido a grande figura da independência do Congo do governo belga. Os europeus postaram-se todos ao lado da Bélgica, enquanto os países africanos ombrearam-se com o recém-independente Congo nos organismos internacionais. Lumumba exigia a completa independência da nação congoleza e a declaração

de total soberania do novo país sobre as riquezas e seu território. A Bélgica advogava uma transição paulatina em que pudesse manter o domínio sobre as imensas riquezas minerais congoleas, especialmente as da província de Katanga<sup>9</sup>.

Após a declaração de independência, os interesses econômicos europeus financiaram rebeliões por todo o país, as quais culminaram no golpe de Estado do general Mobutu. Na Organização das Nações Unidas (ONU), o caso foi levado ao Conselho de Segurança diversas vezes. Em todas, a URSS forçava para que a instituição reconhecesse o risco de vida que corria Lumumba e o risco a que a nação congoleza estava submetida. Da mesma forma, os EUA aliavam-se com os europeus, tentando minorar a violência no Congo, e colocavam-se a defender a questão como algo relativo à “política interna”. Depois de diversos pedidos de intervenção humanitária feitos à ONU, a questão foi deixada sem solução, muito pelas maquinções dos países anglófonos.

Em janeiro de 1961, Lumumba foi preso pelas forças de Mobutu. Sua prisão e as inumanas violências que lhe foram impostas (às vezes, na frente de seus filhos) foram televisionadas para o mundo todo. Em tempo quase real, cidadãos do mundo viram Lumumba ser violentado, torturado e preso sem que houvesse qualquer intervenção dos EUA. A URSS aumentava o tom na ONU e exigia uma ação imediata.

Patrice Lumumba foi morto, seu corpo dilacerado e mergulhado em ácido para que seus restos mortais não pudessem ser

encontrados. Os relatos das suas últimas horas de vida são pavorosos e serviram para liquefazer qualquer imagem de “civilização” que os europeus e os EUA tinham construído. Especialmente entre as nações africanas. Como o corpo de Lumumba, o *soft power* de “potência benevolente” norte-americana sofria um enorme revés.

A perda de um significava o fortalecimento de outro. Ante a percepção mundial do absurdo das ações europeias e norte-americanas, a URSS criou em seu território uma universidade internacional chamada “Patrice Lumumba” ou a “Universidade soviética da amizade dos povos”. Os soviéticos distribuíram bolsas de estudo por todo continente africano e impuseram uma das grandes derrotas da diplomacia ocidental. *Soft power* fala, portanto, de percepção. Fala sobre como utilizam seus recursos e modificam suas imagens as potências.

O “tombo” sofrido pelos EUA e pelas nações europeias neste episódio é semelhante ao que os estadunidenses sofrem hoje pelo manejo deficiente que seu governo faz da crise da Covid. Da mesma forma, a concretização da vantagem moral momentânea que fez a URSS aos olhos internacionais repete – ao que parece – a China na atualidade.

### EUA e China no século XXI

O século XXI começou com a barbárie do atentado ao World Trade Center. Se, por um lado, o atentado acabou de vez com as

Foto: NYSE / reprodução



argumentações sobre “o fim da história”<sup>10</sup>, por outro, abriu a possibilidade para a construção de discursos “nós contra eles”<sup>11</sup>. É quase unânime a avaliação de que os EUA perderam a oportunidade de fortalecer sua imagem internacional respondendo ao atentado do 11 de setembro por dentro das instituições internacionais. Ao contrário, o que se viu foi o país usando de sua capacidade militar para atacar o Iraque e depois o Afeganistão, fazendo valer sua condição de potência militar ferida.

Já naquela época, a oposição às ações norte-americanas se consolidava internacionalmente por uma coalizão de China e Rússia com o apoio significativo das nações menores. Temia-se que o choque e o trauma do atentado pudessem desencadear reações militaristas e expansionistas por parte do país, que gasta mais em armamentos do que os oito maiores investidores somados<sup>12</sup>.

Entre 2001 e 2020, o que se viu foi a deterioração do *soft power* norte-americano com bombardeios à África, fomento e participação em guerras formais e híbridas e o país se engajando em casos escandalosos de espionagem internacional. Nem mesmo a imagem de “bom moço” de Barack Obama foi capaz de reverter a deterioração da imagem internacional dos EUA<sup>13</sup>.

Indo pelo caminho exatamente oposto, a China do século XXI fortalece sua imagem internacional e se torna um contraponto simbólico (além da concorrência *hard*) aos EUA<sup>14</sup>. Não apenas o crescimento econômico e a retirada da população da pobreza são pontos que pesam no julgamento positivo da China, mas também sua liderança tecnológica e a imensa capacidade que o governo de Xi Jinping tem de transformar as necessidades de consumo da população chinesa em uma arma de política internacional.

No que toca à América Latina, por exemplo, grande parte do crescimento ocorrido na primeira década do século XXI se deu pela demanda chinesa que, efetivamente, comprava de tudo o que a região produzia. Em 2000, as importações chinesas representavam apenas 2,3% do que a América Latina exportava; em 2017, a China representou 16%. Para o Brasil, a mudança é ainda mais dramática. A China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, superando os EUA e a União Europeia<sup>15</sup>. Em termos de investimentos diretos, a China investiu 200 bilhões de dólares a mais do que os EUA na região em 2018<sup>16</sup>.

Dentro das propostas mais ambiciosas, a China defende o *Belt and Road Initiative*, que é um programa de parcerias e investimentos destinado a “promover conexões estratégicas” para o desenvolvimento e a sustentabilidade dos países participantes. Enquanto Donald Trump bradava o *America First*, Xi Jinping acenava com a construção de um mecanismo de financiamento internacional próprio dos BRICs<sup>17</sup>, com o aumento dos projetos de cooperação técnica com a América Latina, e a possibilidade de pesados investimentos em infraestrutura.



## O impacto da Covid

O surgimento da Covid-19 ainda é difícil explicar. Amostras coletadas em água de esgoto antes de fevereiro de 2020, no Brasil, mostram já a presença do vírus. Um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) afirma que o vírus foi detectado no país em novembro de 2019. O fato que se tem certo é que a pandemia se iniciou pela cidade de Wuhan, no sudeste da China.

As respostas à pandemia variaram conforme a inclinação política dos governos. O Ocidente, em geral, foi bastante cético aos avisos chineses, e isso acarretou um número demasiado de mortes para os padrões franceses e italianos, por exemplo. Em 27 de março, a Itália atingiu seu pico com 919 mortes diárias. Em 15 de abril, a França alcançou 1438 mortes.

Os países ditos “desenvolvidos” se organizaram em torno de duas teses. De um lado, EUA e Inglaterra defendiam o chamado *herd immunity*, o qual consistia em uma política de pouco ou nada fazer, acreditando que a pandemia cobraria seu preço em mortes e, uma vez pago, os que sobrevivessem ou estariam imunes por si mesmo ou se beneficiariam da imunidade em larga escala na população. Por outro lado, havia a defesa da estratégia de *social distancing* criando quarentenas e *lockdowns* conforme a violência da pandemia, procurando proteger a maior quantidade de pessoas possível sem sobrecarregar os sistemas de saúde.

Passados mais de três meses da implementação dessas políticas, os países que defenderam o *herd immunity* amargam pesadas perdas<sup>18</sup> e os que fizeram o *social distancing* de forma correta e responsável já colhem os frutos da retomada econômica<sup>19</sup>.

Se o modelo ocidental de combate à pandemia pode ser criticado sob diversos aspectos, a forma como a China reagiu foi exemplar. Em primeiro lugar, houve o investimento maciço em hospitais na cidade epicentro da pandemia. Wuhan recebeu dois hospitais com



Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS

mais de mil leitos cada, construídos em menos de dez dias. São hospitais de tijolo e concreto e não os “hospitais de campo” do governo brasileiro. Depois, a China iniciou um programa de auxílio internacional que englobava não apenas o compartilhamento de dados e pesquisas com os países atingidos, como doações diretas de equipamentos de segurança médico-hospitalar, respiradores e até mesmo crédito direto.

O ministro das Relações Exteriores chinês, Zhao Lijian, afirmou que pouco importava a posição política dos países frente à China, “o futuro da humanidade” está em jogo<sup>20</sup>. Os dados até 4 de abril mostram que a China exportou 3,86 bilhões de máscaras, 37,5 milhões de trajes de proteção médica, 16 mil ventiladores e quase 3 bilhões de kits para testagem. O valor total é de aproximadamente 2 bilhões de dólares<sup>21</sup>. Somem-se a isso doações diretas a países e à Organização Mundial do Comércio e pode-se ver facilmente o *soft power* chinês crescendo mais que seu PIB.

Enquanto isso, apesar de o Departamento de Estado norte-americano informar que o país doou cerca de 1,2 bilhão de dólares para o combate da Covid<sup>22</sup>, o que fica na memória imediata das pessoas é a pirataria de apreender ventiladores destinados a outros países e simplesmente confiscá-los para uso doméstico<sup>23</sup>, e a saída espalhafatosa do país da Organização Mundial da Saúde, com argumentos paranoicos<sup>24</sup>.

Segundo Joseph Nye, na luta dos países pelo aumento de seu *soft power*, em dez anos veremos Hollywood fazer filmes sobre como uma médica e um soldado norte-americanos lutaram em algum país do Oriente para trazer a cura da Covid para todos no mundo. Com requintes de técnica cinematográfica, beleza e efeitos especiais, a história será recontada. Quem viveu a quarentena de 2020, no entanto, sabe que os mocinhos, talvez pela primeira vez na representação histórica contemporânea, não falam inglês.

## Notas

1. Giovanni Arrighi, por exemplo, chama o desenvolvimento chinês – intensivo em mão de obra – de “Revolução industrial” e identifica como um novo parâmetro de análise no processo de desenvolvimento dos países. (Arrighi 2008)
2. (Nye, *Soft Power: the means to success in world politics* 2004)
3. Este é o argumento clássico de John Ikenberry para o século XX. Ao invés de usar imediata e imperiosamente o poder obtido após a vitória na Segunda Guerra, os EUA teriam escolhido uma linha de ação que dilatou os efeitos deste acúmulo de poder por todo o século XX. (Ikenberry 2001)
4. Para uma visão mais aprofundada sobre a postura norte-americana na guerra de informações no século XX, veja-se Laura Belmonte (Belmonte 2008).
5. Aqui vale ressaltar a ideia de “hegemonia” de Antonio Gramsci. Seria o exercício do poder de forma tal que aquele que sofre é convencido da legitimidade daquele que exerce. Nesta relação, o poder é efetivamente naturalizado e seus efeitos, na maioria das vezes, não são percebidos. (Gramsci 1992)
6. (Nye, *The future of power* 2001, 21)
7. Este é o termo técnico-crítico que se usa para referência ao país que exerce um poder quase hegemônico em uma determinada época.
8. Uma das tantas críticas ao governo Bolsonaro é exatamente a destruição de todo *soft power* brasileiro sem efetivamente ter trocado por outra forma de poder, ou mesmo obtido vantagens sensíveis nas arenas internacionais.
9. A província de Katanga possui urânio, rádio, cobre, cobalto, zinco, cádmio e manganês, além de prata e ouro em quantidades consideráveis.
10. (Fukuyama 2015 – 1989)
11. (Huntington 1996)
12. Os EUA gastaram 1,8 trilhão de dólares em 2018 com exército e armamentos. Dados podem ser obtidos no [www.sipri.org](http://www.sipri.org).
13. <https://www.pewresearch.org/global/2018/10/01/americas-international-image-continues-to-suffer/>
14. <https://www.globaltimes.cn/content/1174405.shtml>
15. <https://tradingeconomics.com/brazil/exports-by-country>
16. <https://www.cepal.org/en/publications/43965-economic-survey-latin-america-and-caribbean-2018-evolution-investment-latin>
17. Acrônimo para definir o grupo de país em desenvolvimento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
18. Os EUA têm hoje mais de 137 mil mortos, o que representa quase um quinto do número total de mortes no mundo.
19. <https://treasury.gov/tz/publications/weu/weekly-economic-update-10-july-2020>
20. Retomando a mesma postura de face pragmática de Mao Tse-Tung quando este afirmou que “não importava a cor do gato, contanto que ele caçasse os ratos”. Por um lado, fomenta-se a percepção benevolente da China e, por outro, o pragmatismo moral que no século XX estava no lado ocidental.
21. <https://www.nytimes.com/2020/05/18/health/coronavirus-who-china-trump.html>
22. <https://www.state.gov/foreign-assistance-for-coronavirus-covid-19/>
23. <https://www.businessinsider.com/coronavirus-us-accused-of-diverting-medical-equipment-from-countries-2020-4>
24. <https://www.wsj.com/articles/white-house-says-u-s-has-pulled-out-of-the-world-health-organization-11594150928>

## Referências

- Arrighi, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- Belmonte, Laura. *Selling the American Way: US propaganda and the Cold War*. Philadelphia: Pennsylvania Press, 2008.
- Fukuyama, Francis. *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Rocco, 2015 (1989).
- Gramsci, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. Tradução: Quitin Hoare e Geoffrey Smith. New York: International Publishers, 1992.
- Huntington, Samuel. *The clash of civilizations and the remaking of World Order*. New York: Touchstone, 1996.
- Ikenberry, John. *After the Victory: Institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- Nye, Joseph. *Soft Power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.
- . *The future of power*. Nova Iorque: Public Affairs, 2001.

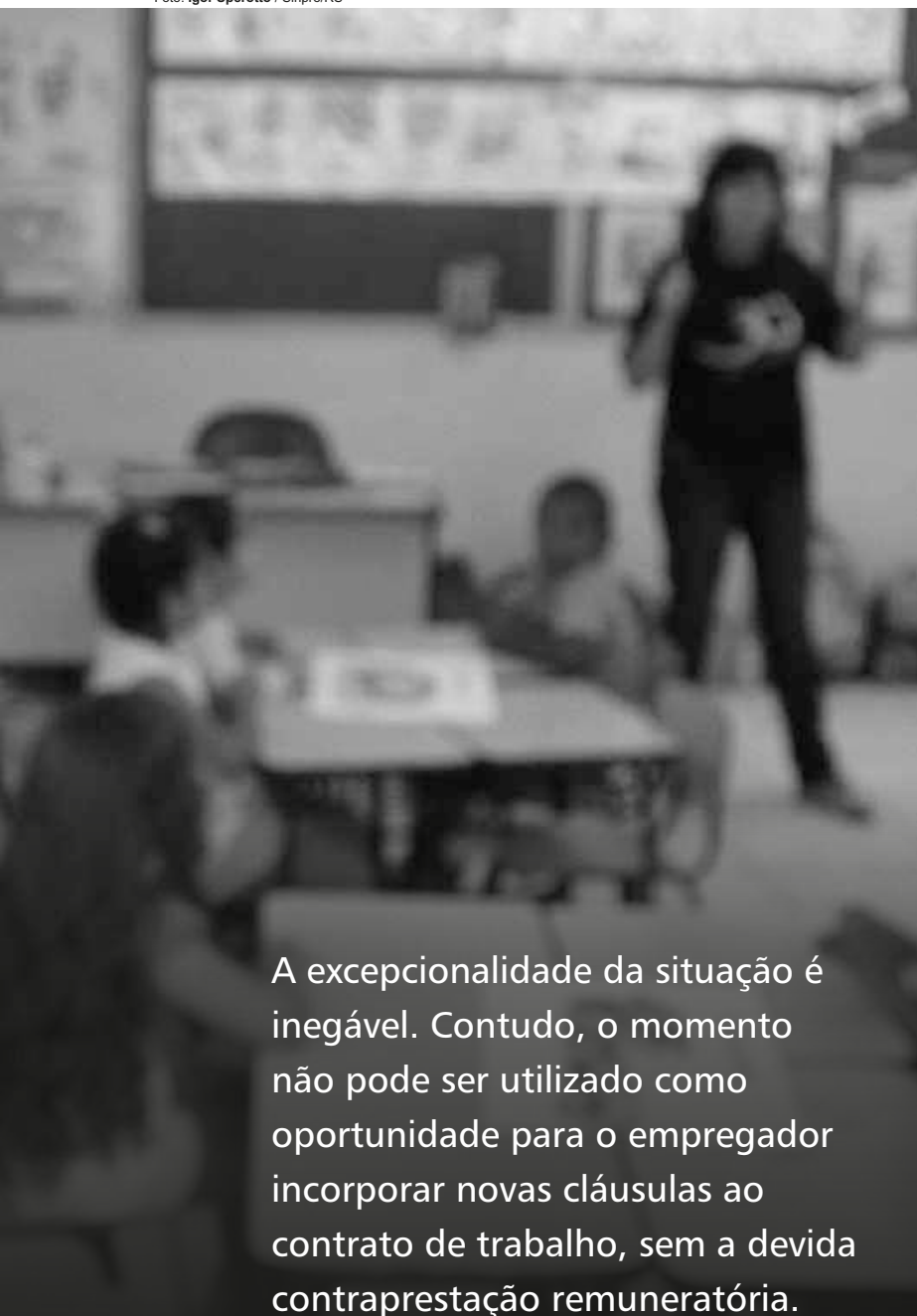
Henrique Stefanello Teixeira

Advogado trabalhista, sócio do escritório Cainelli & Stefanello Advogados.<sup>1</sup>

Mayara Rodrigues de Almeida

Advogada trabalhista, advogada associada do escritório Cainelli & Stefanello Advogados.<sup>2</sup>

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



A excepcionalidade da situação é inegável. Contudo, o momento não pode ser utilizado como oportunidade para o empregador incorporar novas cláusulas ao contrato de trabalho, sem a devida contraprestação remuneratória.

## Direito autoral e de imagem dos professores em tempos de pandemia

**E**ste artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre as implicações das alterações contratuais havidas no cotidiano laboral dos professores do ensino privado e seus impactos no que diz respeito ao direito autoral e ao direito de imagem, após a abrupta e inesperada transição, mesmo que temporária, das atividades presenciais para os ambientes virtuais decorrentes da pandemia de Covid-19. Essas reflexões abordam, pelo viés do direito de trabalho, questões relevantes e as consequências jurídicas de eventual extrapolação do poder diretivo do empregador em uma realidade marcada pela excepcionalidade. Também, pretende-se diferenciar os conceitos de direito autoral e de direito de ima-

gem, e os limites da negociação individual sobre o tema motivada pela suspensão das atividades presenciais, bem como as implicações dessas transações no momento de retomada da normalidade.

O direito do trabalho brasileiro, mais notadamente a partir do segundo semestre de 2017, tem sofrido um violento ataque às suas bases e princípios norteadores, na maioria das vezes justificado por uma dissonância entre as normas positivadas e a realidade dos contratos de trabalho desenvolvidos nesse ambiente tecnológico do início de século XXI. As forças empresariais clamam por mais flexibilidade e utilizam os argumentos da pós-modernidade como fundamento dos pleitos precarizantes do conteúdo protetivo, agora já escasso, mas que ainda orienta a legislação laboral.

Em momentos de crise e desemprego, os governos de viés liberal ou ultraliberal culpam essas normas pela escassez de postos de trabalho e condicionam as retomadas econômicas ao desmantelamento dos direitos sociais.

Se em momentos das ordinárias crises cíclicas do capitalismo, os atores sociais que representam os setores empresariais já percebem a oportunidade para flexibilizar a legislação protetiva, quando crises inesperadas como a provocada pela pandemia do novo coronavírus se instalam, ainda mais fortemente as intenções de afrouxamento pautadas em negociações individuais, e viciadas na gênese pela absoluta disparidade de forças dos atores envolvidos, surgem como alternativas para a superação do momento de dificuldade.

Além disso, em se tratando desta crise especificamente, que limita a circulação de pessoas e, em especial, no mundo da educação privada, que transfere o ambiente da escola para a residência do trabalhador, surgem novas e intrincadas situações jurídicas anormais, as quais, apesar de compreensíveis no momento da crise transitória, poderão ter seus efeitos estendidos para a continuidade da relação de emprego, quando o momento atribulado não mais subsistir.

Felizmente, são as tecnologias de comunicação e informação disponíveis que têm permitido que os professores continuem exercendo suas atividades a partir do ambiente residencial, que os alunos continuem estudando e recebendo o conteúdo peda-

## O direito do trabalho, a partir de 2017, tem sofrido um violento ataque às suas bases e princípios norteadores.

gógico e que as escolas e faculdades permaneçam em pleno funcionamento, mesmo com as atividades presenciais integralmente suspensas.

Entretanto, deve ser destacado que a manutenção dessas atividades tem custado muito tempo e trabalho não remunerado aos docentes, em dimensões absolutamente superiores das originalmente pactuadas, ainda mais considerando que a categoria diferenciada dos professores é contratada, na sua grande maioria, por horas de trabalho denominadas horas-aula, e agora, quando o trabalho passa a ser realizado a distância, há uma clara desconexão deste módulo de tempo e a remuneração que mensura o trabalho efetuado no ambiente presencial com o que é efetivamente realizado no domicílio do professor.

Além disso, são produzidos diariamente vídeos e áudios que levam, além do conteúdo pedagógico, a voz e a imagem do professor de uma forma não prevista nos contratos originalmente firmados. Fica muito claro que novas responsabilidades foram adendadas aos contratos de trabalho, e a materialização dessas atividades pelo meio virtual e telemático traz implicações jurídicas não previstas no contrato original. A análise de parte dessas implicações constitui o objeto deste estudo.

### Do Direito de Imagem

Inicialmente, cumpre destacar que o direito de imagem é um direito da personalidade, protegido pela Constituição Federal em seu art.5º inciso X, cujo conteúdo cabe a transcrição:

*“são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.*

É justamente por tratar-se de um direito da personalidade, que não cabe a renúncia por seu titular, independentemente de sua vontade nos termos do art.11 do Código Civil:

*“Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária”.*

O direito de imagem, apesar de irrenunciável, inalienável, intransmissível, é um direito disponível, que não poderá ser transferido de forma definitiva a outrem, mas poderá ser licenciado para o uso de terceiros, durante tempo determinado.

Quando falamos de direito de imagem, devemos analisá-lo por um aspecto material e moral, estando a ótica material diretamente atrelada ao retorno econômico que a imagem fornece a seu proprietário, bem como a ótica moral ao direito de dispor livremente ou não de sua imagem.

Manifestando-se sobre o direito à imagem, trazemos a reflexão de Carlos Alberto Bittar (1995, p. 87):

*Consiste no direito que a pessoa tem sobre a sua forma plástica e respectivos componentes, distintos (rosto, olhos, perfil, busto) que a individualizam no seio da coletividade. Incide, pois, sobre a conformação física da pessoa, compreendendo esse direito um conjunto de caracteres que a identifica no meio social.*

Nesse contexto, portanto, mesmo considerado um direito de caráter extrapatrimonial, por não ser passível de uma mensuração exata em dinheiro, não deixa de produzir reflexos patrimoniais e econômicos, principalmente no caso do uso indevido ou não pactuado, o que permite ao titular do direito que extraia proveito econômico do uso de sua imagem, mediante contratos de cessão de direitos de imagem ou, no caso de sua inexistência, mediante decisão judicial condenatória e estipulação de indenização.

Ressalta-se que os atos de disposição da imagem são legais, desde que não provoquem a privação, alienação ou renúncia do

direito. Mesmo que se admita a comercialização da imagem, esta jamais se desliga totalmente de seus titulares, em razão de um direito moral que compõe a sua natureza jurídica.

Especificamente quanto ao direito à imagem, a Consolidação das Leis do Trabalho não trouxe nada expresso quanto à sua proteção, cabendo assim ao direito comum, como fonte subsidiária, a função de dirimir possíveis discussões.

A imagem jamais se desliga de seus titulares, em razão de um direito moral que compõe a sua natureza jurídica.

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



Destacamos o seguinte artigo do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002)

*Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.*

Assim, pelo livre exercício de vontade das partes, é permitido pela lei que o titular pactue a cessão do direito da sua imagem a terceiro, mas, para que isso seja reconhecido como um negócio jurídico válido e eficaz, é justamente a autonomia da vontade que deve ser avaliada.

No caso da pandemia, em que as aulas foram simplesmente transferidas para o meio virtual, sem qualquer negociação sobre o modo como isso seria realizado, de forma anexa e compulsória a essas alterações da vida cotidiana os empregadores têm encaminhado contratos de cessão de direito de imagem, sem quaisquer ônus para as empresas e, não raramente, com prazo indeterminado.

A excepcionalidade da situação é inegável e, também, é inequívoco de que ambos os polos da relação de emprego reconhecem como salutar a continuidade da relação de emprego, das instituições de ensino e da continuidade das aulas. Contudo, o momento não pode ser utilizado como oportunidade para o empregador incorporar novas cláusulas ao contrato de trabalho, sem a devida contraprestação remuneratória.

Assim, uma vez superado o momento de crise e retomadas as atividades presenciais, estes contratos firmados devem ser cuidadosamente analisados, pois a cessão do direito de imagem de maneira mais ampla do que apenas para o exercício do trabalho no momento de distanciamento social implica em claro abuso do poder diretivo, pois não há livre expressão da vontade quando a única forma de permanecer vinculado à relação jurídica de emprego anterior é o simples acatamento da demanda do empregador.

Esse desequilíbrio contratual, caso verificado, implicaria no dever da instituição empregadora em indenizar o empregado, uma vez que o uso de imagem não pactuado de modo livre pode ser considerado como enriquecimento ilícito obtido às custas do trabalhador, merecendo a atuação da tutela protetiva estatal como forma de reestabelecimento do equilíbrio do pacto.



# [ No ambiente virtual, novas possibilidades se colocam aos professores em relação à autoralidade dos materiais didáticos.

## Do Direito Autoral

Outro ponto extremamente controverso, no que se refere à produção de conteúdo didático pedagógico e ao exercício da atividade docente em meio virtual, diz respeito aos direitos do autor de professor empregado.

Os professores, na maioria das vezes, quando organizam ou compilam materiais didáticos, técnicos e científicos, para ministrar uma aula presencial, não são considerados pela legislação brasileira como autores, haja vista que se trata de uma preparação prévia para o ato presencial de transmissão desse conhecimento.

Entretanto, quando isso se transfere para o ambiente virtual, novas possibilidades se colocam, como, por exemplo, a de retransmissão de uma videoaula indefinidamente, mesmo após o encerramento do vínculo empregatício.

O Tribunal Superior do Trabalho já enfrentou a questão, cabendo a transcrição parcial do voto proferido pelo Ministro Vieira de Mello Filho, que muito bem elucida a questão, no processo RR-270900-94.2007.5.09.0004, da 7.<sup>a</sup> Turma, publicado no DEJT em 13/12/2013.

*Em grande parte das situações os literatos apenas auferem a remuneração relativa à confecção dos materiais didáticos, ressaltando que tais valores remuneraram apenas o trabalho realizado e não os direitos autorais.*

*Além da proteção legislativa em relação aos direitos patrimoniais do uso da obra audiovisual intelectual, há, ainda, a mesma proteção em relação ao uso da imagem propriamente dita. Disto tem-se que a licença do uso da imagem, ainda que agregada a um contrato de trabalho, há que ser firmada com previsão da respectiva remuneração, sob pena de locupletamento ilícito do empregador.*

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



Assim, o empregador que apenas remunera as horas despendidas para a produção da videoaula, dos áudios, ou dos textos como atividade ordinária e inclusa no contrato de trabalho incorre em ilícito trabalhista não apenas por violar o direito de imagem, mas também por violação de direitos autorais, caso não preveja remuneração específica para esse fim, pois o vídeo é uma obra audiovisual intelectual.

Em recente decisão do mesmo TST, a Ministra Delaíde Arantes reafirmou o entendimento da corte trabalhista em caso similar, no qual a empresa seguiu utilizando o material, após o rompimento da relação de emprego:

*Assim, tem-se por evidenciada, no caso, a situação ensejadora de danos morais e materiais, na medida em que a utilização indevida da imagem da autora (transmissão de aulas televisivas) e a utilização de material intelectual (apostilas) produzido pela reclamante, após a extinção do contrato de trabalho, sem a devida autorização expressa, configura conduta da reclamada que viola o direito à*



*imagem e aos direitos autorais, razão pela qual é devida a reparação civil correspondente, nos termos dos arts. 5.º, X, da Constituição Federal. RR - 796-38.2010.5.09.0010, da 2ª. Turma, Publicado no DEJT em 04/08/2017.*

Além disso, a exigência de produção de materiais didáticos pedagógicos não essenciais para ministrar a aula e ainda reproduzíveis, ocasionados por ingerência direta do empregador, pode ensejar desvio ou acúmulo de função e, também, um novo desequilíbrio contratual, uma vez que gravar vídeos não faz parte da rotina ordinária de um professor, tanto da Educação Superior quanto da Educação Básica.

É bem verdade que a tendência dos tribunais é de reconhecer como lícitas estas modificações decorrentes da transferência do ambiente de trabalho para o domicílio dos professores durante o curso da pandemia de Covid-19, mas é muito importante que se limite o tempo à disposição do empregador, observando a carga horária contratada e que as transações sobre direito de imagem e direitos autorais realizadas no

período sejam tornadas sem efeito após a superação do problema sanitário, pois negociadas e firmadas sob o signo da excepcionalidade.

## Conclusões

### Das necessárias limitações

O trágico momento sanitário, social e econômico enfrentado pela nação brasileira não pode ser utilizado como justificador da aceleração da precarização das relações de trabalho que subsistem sob a égide da Constituição Federal de 1988.

Se medidas excepcionais e controversas como as incluídas na Medida Provisória 936 foram consideradas, pelo menos liminarmente, como constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, é fundamental que se limite o ímpeto precarizante por meio do respeito à legislação em vigor, tanto no curso da pandemia quanto após a retomada da normalidade. A crise econômica e social, certamente, se estenderá por mais tempo, mas os limites legais e as barreiras protetivas não devem ser

esfacelados, sob pena de consolidação de novas e praticamente irreversíveis flexibilizações.

No que se refere ao tema deste artigo, considera-se absolutamente razoável, primeiro, que as demandas realizadas pelos professores no ambiente virtual sigam estritamente a carga horária contratada, pois, mesmo que o teletrabalhador não esteja submetido ao controle de jornada, quando falamos de trabalho docente e o seguimos remunerando pela carga horária semanal, esse conceito permanece indissolúvel ao controle temporal. Além disso, quando se fala em cessão de direitos autorais e direito de imagem, essas transações devem ser limitadas exclusivamente com a finalidade de permitir a continuidade da realização do trabalho no período em que perdurar a suspensão das atividades presenciais.

Isso quer dizer que parece razoável que o professor ceda sua imagem para a transmissão de uma aula online para os alunos exclusivamente de suas turmas, mas que, para as sucessivas reproduções desse material, deva ser devidamente remunerado. Assim, se considerarmos as transmissões ao vivo, via streaming, realizadas dentro da carga horária do professor, a celebração de um contrato de cessão de

direitos de imagem e direitos autorais pelo período em que perdurar a suspensão das atividades presenciais encontra guarida na legislação em vigor e justifica-se no período da excepcionalidade.

O que não se pode admitir é que, após a superação deste momento traumático, novas exigências e interações virtuais sejam exigidas dos professores e que os documentos firmados no curso do período excepcional sejam considerados como definitivamente incorporados aos contratos de trabalho.

Utilizar-se do período de crise para alterar cláusulas contratuais, somar novas responsabilidades e funções e, ainda, apropriar-se de direitos personalíssimos dos trabalhadores, certamente, implicará em nulidades contratuais e consolidação de passivos trabalhistas e um aumento da exploração do trabalho de quem se dedica a ensinar.

## Notas

1. Credenciado pelo Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul e Assessor Jurídico da Federação dos Trabalhadores em Educação – Feteesul.
2. Especializanda - PPG Direito do Trabalho/UFRGS - Mestranda - PPGPSSS/UFRGS.

## Referências

- BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos da Personalidade. 2ª. Ed. São Paulo: Forense Universitária, 1995.
- BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Acórdão no Recurso de Revis 796-38.2010.5.09.0010, Relatora Ministra Delaíde Arantes da 2ª. Turma, Publicado no DEJT em 04/08/2017.
- BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Acórdão no Recurso de Revis 270900-94.2007.5.09.0004, Relatora Ministro Vieira de Mello Filho da 7ª. Turma, Publicado no DEJT em 12/12/2013.
- CARDOSO, Jonas. Trabalho imaterial, tempo e estilos de vida: abordagem a partir do uso da tecnologia da informação por professores de instituições de ensino superior privado. 2013, 114f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, 2013.
- CASTELLS, Manuel, Cardoso, G., org. A sociedade em rede – do conhecimento à ação política. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2006.
- DELGADO, M. G. Curso de direito do trabalho. 10ª ed. São Paulo: LTr, 2011.
- DOWBOR, L. Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação. São Paulo: Vozes, 2001.
- GAMA, Thiago Rodrigues Leães de Carvalho - Danos materiais pela utilização da imagem do obreiro pelo empregador na publicidade - <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/41967/danos-materiais-pela-utilizacao-da-imagem-do-obreiro-pelo-empregador-na-publicidade>.
- TINDOU, Juliano Bezerra - O direito de imagem do empregado e suas repercussões no contrato de trabalho - <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9233/O-direito-de-imagem-do-empregado-e-suas-repercussoes-no-contrato-de-trabalho>.

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



# ensaio

**Fernando Spilki**

Médico Veterinário, Mestre, Doutor  
Professor Titular da Universidade Feevale  
Presidente da Sociedade Brasileira de Virologia.

Seguramente, a espécie humana é alvo de infecções por vírus, bactérias e outros micro-organismos muito antes de podermos ser chamados de seres humanos.

## Pandemias: passado, presente e o provável futuro

**Palavras-chave:** Pandemias, Vírus, Coronavírus, Covid-19, Saúde, Ciência, Pesquisas, História.

### Resumo

A humanidade conviveu provavelmente ao longo de toda a sua história com pandemias. A ocupação de novos territórios, impactos ambientais locais e globais, associados aos diferentes contextos históricos nos levaram por mais de uma vez à disseminação de agentes infecciosos entre os seres humanos. A pandemia de Covid-19 demonstra que não estamos de modo algum livres desses desafios, pelo contrário, talvez estejamos mais expostos a essas situações de crise no futuro próximo.

Quando começaram as epidemias? Quando a humanidade foi desafiada pela primeira vez pela dor das perdas de entes queridos e pelo rompimento da normalidade ocasionados por um agente infeccioso que se alastra de forma descontrolada pela população trazendo doença, morte e miséria? Seguramente, a espécie humana é alvo de infecções por vírus, bactérias e outros micro-organismos muito antes de podermos ser chamados de seres humanos. Há entre nós e esses agentes minúsculos uma corrida eterna de coadaptação e, coinciden-

temente, coevolução. Há mais de 1 milhão de anos convivemos, por exemplo, com o Herpesvírus humano tipo 1 (HHV1), e muitos de nós convivemos literalmente uma vida inteira com ele em estado latente em nossas células, tranquilo e aconchegado em alguma parte de nosso sistema nervoso sem nem ao menos sabermos (McGeoch, Rixon, & Davison, 2006). Isso é fruto de uma longa adaptação, de um processo gradual de idas e vindas, da construção de uma espécie de relação de vizinhança íntima. Sim, há alguns de nós que ficam mais ou

menos doentes e sofrem com a reaparição dessas infecções, mas a maioria dos seres humanos não tem no HHV1 mais do que um quieto e fiel companheiro, devidamente escondido, que irá nos acompanhar até o fim (Kukhanova, Korovina, & Kochetkov, 2014).

Todavia, quando um evento súbito de introdução de um agente infeccioso novo se instala na espécie humana, vindo normalmente de outra espécie animal, não há essa cordial relação (Flanagan & Parrish, 2016). Usualmente, vírus introduzidos de forma recente em uma determinada espécie tendem a causar epidemias e, quando se espalham a uma parcela importante da população humana, atingindo diversos continentes, temos o que chamamos de uma pandemia. O novo vírus se espalha pela espécie sem freios, em parte porque não encontra ninguém com imunidade de memória, ou seja, cujo sistema imune já “conheça” o invasor, e, por outro lado, porque não sofreu ainda os mecanismos que permitirão a esse mesmo micro-organismo uma multiplicação mais discreta na nova espécie. Sim, os patógenos geralmente evoluem para um estado em que causem menos doenças e assim se espalhem de forma mais discreta (Walker, Han, Ott, & Drake, 2018). Retornando ao nosso exemplo inicial, parece bem mais tranquilo beijar alguém que não apresente lesões de herpes labial evidentes, correto?

Ao longo da história, é possível encontrar o relato de diversas pandemias. Para algumas, as mais recentes e a atual pandemia de Covid-19, os relatos são claros, cristalinos; para outras pandemias do passado, o que nos chega são algumas poucas pistas. Este texto tenta uma aproximação superficial e incompleta do assunto, superficial porque o curso de uma única pandemia traz um conjunto de fenômenos sociais, econômicos e conjunturais que vão além da complexidade já considerável da biologia dos agentes envolvidos – como sabemos bem neste ano de 2020. Incompleta, porque o assunto de como as epidemias e pandemias aconteceram ao longo da nossa caminhada no planeta e de como esse trajeto foi indubitavelmente alterado pelos efeitos centrais e colaterais desses eventos exigiria não um único texto, nem caberia em um único livro, mas sim é o assunto de inúmeras teses e está na base da rotina de trabalho de milhares de indivíduos. A cada novo diagnóstico laboratorial e na análise do genoma de uma amostra do Sars-CoV-2, vírus causador da Covid-19, a cada ensaio de um economista ou cientista social sobre os efeitos da pandemia na sociedade, na educação, nos costumes, estamos nós, professores e pesquisadores, contando um pequeno pedaço desta longa história. Então, vamos a este texto altamente pretensioso e vastamente incompleto.

## O passado

Há poucas certezas sobre um bom período do nosso passado. Uma certeza, no entanto, é que a falta de informações fazia com que nossos distantes antepassados buscassem no céu e nas divindades explicações para determinados eventos misteriosos que

assolavam a sua saúde, dos animais domésticos e das plantações. O mito do Demiurgo, a força divina que organiza o universo enunciado por Platão, auxilia bastante no entendimento dessa visão de mundo. Onde há uma lacuna de explicação, que se preencha com o desejo da ira de uma divindade ou uma conjunção astrológica desfavorável. Essa atitude pode causar um riso contido em alguns de nós, mas, seguramente, não saiu do horizonte humano até hoje, lamentavelmente. Não há os que acreditam piamente que o Sars-CoV-2 é fruto de um malévolo plano chinês para destruir o mundo ocidental neste nosso século XXI?

Mas essa maneira romântica e poética de enxergar a vida, em que o ódio de um ser superior – as divindades da antiguidade eram especialmente egocêntricas e sádicas – provocaria a dor e a morte, de certo modo talvez guarde para nós a possibilidade de ter pequenas pistas de pandemias ocorridas em um passado. A religião era a principal forma de controle social, os textos escritos de modo a regular as ações de servir de arcabouço lógico e justificativa para os mandos (e desmandos) da classe dominante. Dessa maneira, é natural que as doenças, em geral, figurem na escrita de textos antigos, especialmente os textos religiosos, mas sempre devemos ver tais inferências como especulação até que provas mais robustas estejam disponíveis. Algo similar à poliomielite



aparece no relato de vida de mais de uma geração de faraós de mais de uma dinastia da nobreza egípcia (Galassi, Habicht, & Rühli, 2017), a raiva e seus efeitos mereceram um capítulo do Código de Hamurábi (Blancou, 2001). A varíola (talvez esta nossa primeira pandemia) não consta apenas nos relatos de surtos e estratégias de controle adotadas contra a varíola na China ao redor do séc. II a.C., mas muito antes também na pele da face preservada do faraó Ramsés V, morto pela doença em 1580 a.C. (Hopkins, 1985).

### Pragas do Egito

No entanto, de todos os esforços em relatar epidemias antigas, talvez o mais fascinante e obscuro seja o que pode ser investigado ou inferido através do Velho Testamento. É particularmente intrigante a narrativa das 10 pragas do Egito: na 4ª praga, insetos são vistos de forma tão abundante que escurecem o dia; na 5ª praga da narrativa há uma extensa morte de animais; na 6ª praga, a introdução de uma doença que cobre as pessoas de manchas e espalha a morte. Há a teoria de que a infecção concomitante pelo vírus da Febre do Vale do Rio Rift (RVFV) em ruminantes e o vírus da Febre do Nilo Ocidental (WNV) em humanos, ambos transmitidos por insetos, seriam uma possível explicação para esses eventos, pela introdução abrupta dos vírus no Delta do Nilo por vetores em um momento

em que nenhuma delas esteve presente por um período anterior (Ehrenkranz & Sampson, 2008). Os mosquitos vetores de forma sistemática e lenta teriam espalhado ambos os vírus aos ruminantes por toda a paisagem e também aos seres humanos, eventualmente infectando a grande maioria dos animais e dos humanos, só poupando dentre as pessoas indivíduos maduros expostos há mais tempo, por isso imunes. O gado e as crianças humanas teriam sido terrivelmente atingidos, fato que também foi documentado ao longo do registro histórico posteriormente nas planícies férteis do Nilo. Tais reconstruções são sempre um exercício de imaginação e especulações, mas são, sem dúvida, fascinantes.

Recentemente, foi descrito, através de análises do genoma viral, que a possível introdução do vírus do Sarampo na espécie humana se deu por volta do século VI a. C., a partir do vírus da Peste bovina (Düx et al., 2020). Sim, os vírus se modificam e saltam de espécies, tal como deve ter ocorrido agora com o Sars-CoV-2. Imagina-se que as condições de novos agrupamentos, uma população em franca expansão e o berço das cidades europeias nesse período histórico devem ter sido um prato cheio para o sarampo. Imagine o pandemônio: além das lesões de pele, o sarampo pode cursar com pneumonias, danos ao sistema renal e infecções do sistema nervoso central em indivíduos não vacinados. O vírus se espalha a

Foto: Domínio público



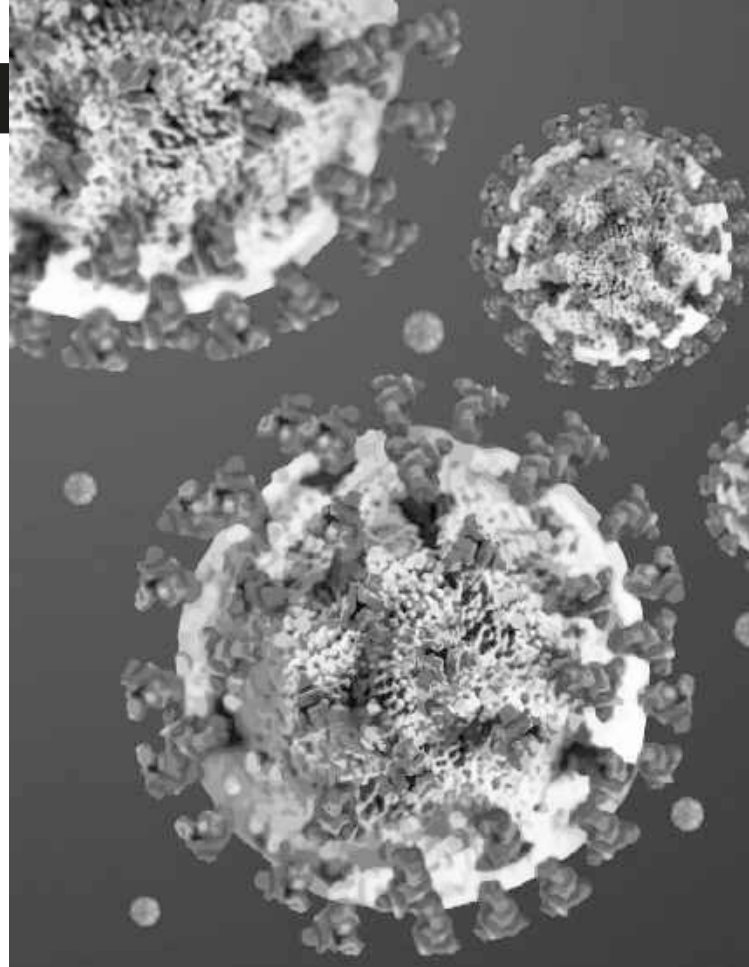
até 18 indivíduos a partir de um único caso! Compare com os 2 ou 3 novos casos dados a partir de cada indivíduo padecendo de Covid-19. Sem nenhuma explicação razoável e mortes ocorrendo especialmente em crianças, imagine o caos instalado. A explicação deve ter sido seguramente algum deus muito furioso, mas se os europeus de 2600 anos atrás lhe parecem bobos por acreditarem nisso, considere que em pleno século XXI passamos pela ressurgência da mesma doença em virtude do movimento “antivacinas”. Quem é ingênuo e atrasado, afinal?

Na Grécia, berço de nossos acertos e desvios civilizatórios, tem especial importância na história das doenças transmissíveis a figura de Hipócrates (460 a.C.-370 a.C.). Além do famoso Juramento dos Médicos, Hipócrates fundou as bases de uma medicina em que os fatos valem mais do que uma conjunção astral na gênese das doenças. Ao julgar pela parte de sua obra que chegou até os nossos dias, ele tinha uma especial curiosidade sobre as doenças respiratórias. Os médicos que o seguiram utilizaram princípios de tratamento para pneumonia e pleurisia, ainda relevantes, como hidratação, expectoração, analgesia e mobilização imediata. Outras abordagens, incluindo a inalação de “vapores através de tubos” na angina, podem ser consideradas precursoras da prática médica moderna (Stefanakis, Nyktari, Papaioannou, & Askitopoulou, 2020). Sobre doenças infecciosas do trato respiratório, Hipócrates e seus discípulos imediatos observaram que, provavelmente, o incremento no número de doenças que se alastravam rapidamente provocando espirros, tosse e pneumonias devia ter muito mais a ver com sazonalidade e aglomeração de pessoas em ambientes fechados no frio do que com a ira de Zeus, uma discussão entre Apolo e o pai, ou mesmo a posição de Saturno nos céus da Anatólia. Isso é que é ter coragem e pensar à frente do seu tempo, convenhamos, inovador e disruptivo foi Hipócrates.

### Influenza e milagre

Por vezes, a vontade de inferir sobre o passado também naufraga em exageros. Ainda na antiguidade, há o relato um tanto confuso de um provável caso de gripe no tempo de Cristo. Em 2010, pesquisadores publicaram a teoria de que um dos milagres atribuídos ao Jesus bíblico estaria relacionado a um caso de Influenza (Hon, Ng, & Leung, 2010a). Para os autores, a Bíblia descreve o caso de uma mulher com febre alta curada por um milagre. Com base nas informações fornecidas pelos evangelhos de Marcos, Mateus e Lucas, o diagnóstico e a possível etiologia da doença febril são discutidos. Todavia, a falta de uma base adequada de dados históricos e a improbabilidade própria dos milagres levaram os editores do periódico e os próprios autores a invalidar o artigo após sua publicação (Hon, Ng, & Leung, 2010b).

Ao longo dos séculos, outras grandes pandemias foram devidamente anotadas no registro histórico, doenças cujo relato é compatível com a disseminação continental da varíola ou do sarampo é



frequente entre os séculos I e a Idade Média. Dada a inoperância de alguns dos gestores principais do Império Romano e após, já no Império Bizantino (sim, pode surpreender ao leitor, mas alguns gestores podem ser terrivelmente obtusos em suas ações perante uma pandemia), muitos desses eventos ganharam o nome dos respectivos governantes: houve a epidemia Antonina, Justiniana, e um possível conjunto de outras pragas que contribuíram para o ocaso da antiguidade (White & Mordechai, 2020). No Oriente, Japão e China ainda padeciam com grandes surtos de varíola, sendo o mais notável aquele que deve ter levado mais de 1 milhão de japoneses a óbito no século VIII.

Mas a grande hecatombe sanitária ainda estava por vir. Logo após a distribuição da varíola pelos cavaleiros cruzados a todos os recantos da Europa no século XI, a Peste Negra atingiu o continente e as regiões próximas da Ásia com uma força aterradora e inédita. Calcula-se que entre os anos de 1346 e 1353 a Peste tenha levado a óbito até 200 milhões de pessoas. Estima-se que entre 30 e 60% da população europeia veio a óbito (Dillard & Juergens, 2020). A *Yersinia pestis*, bactéria causadora da Peste Bubônica, é transmitida por pulgas que vivem usualmente encontradas em ratos, mas que se dirigiam rapidamente à alimentação de sangue humano nas vielas estreitas das cidades. A “Grande morte” seguiu seu percurso e fez aflorar uma onda colateral de revolta e medo por onde passou, a necessidade imposta de isolamento, que atingiu especialmente os mais pobres, ainda que tenha tido um

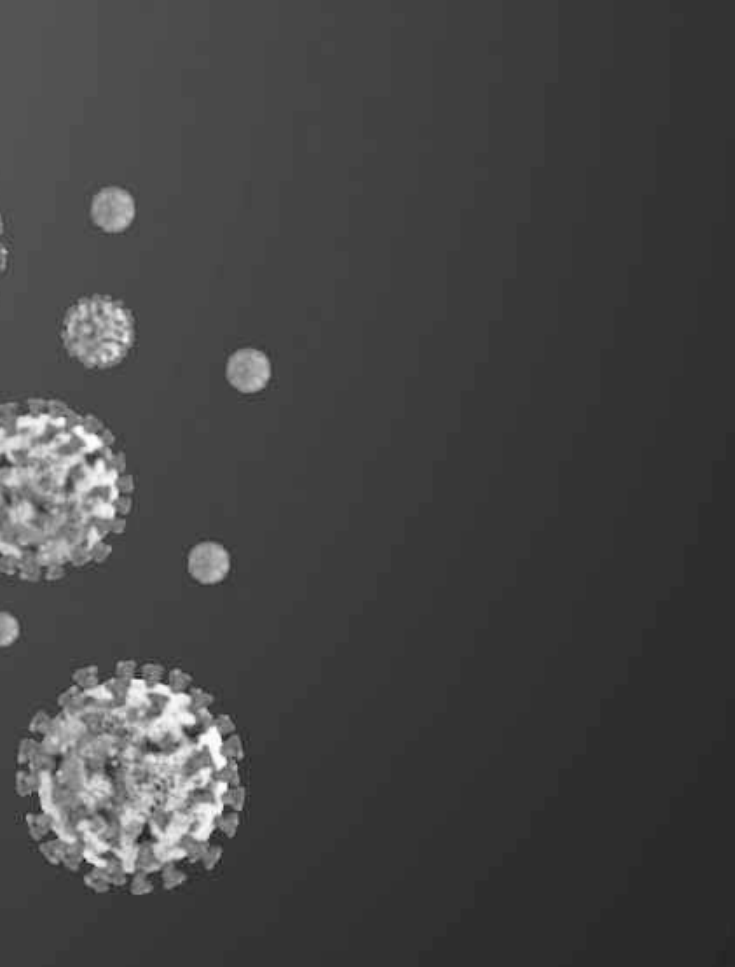


Foto: Mauro Campello / Fiocruz

início cosmopolita, afundou a Europa em uma crise econômica que se estendeu até o final do século XIV. Não havendo explicações racionais para a Peste na época, obviamente um bode expiatório precisava estar disponível. Os judeus, estrangeiros em geral, ciganos, andarilhos e leprosos foram tidos como os culpados, e comunidades inteiras desses grupos foram dizimadas em nome da redenção divina (Benedictow, 2019).

Para os formadores de opinião medievais, a introdução da *Y. pestis* (ou de uma bactéria antecessora dela, conforme algumas análises genômicas recentes), só poderia ser fruto da imigração e da falta de fé genuína de alguns grupos. Ironicamente, as análises recentes de amostras do DNA bacteriano disponível em ossos e dentes de vítimas da Peste Negra revelam que a epidemia deve ter se originado no seio da própria Europa, em sua população comum e, mais humilhante ainda para todos nós, provavelmente a bactéria primeiro se multiplicou em seres humanos e depois foi transmitida aos ratos. Esses desagradáveis parentes mamíferos apenas auxiliaram no transporte das pulgas e da doença em comunidades convidativas à proliferação de pragas de todo o tipo (Spyrou *et al.*, 2019). Novas ondas de Peste Negra se seguiram nos séculos seguintes, mas em um mundo em um maior espaço para a higiene e o conhecimento, os surtos, ainda que graves, foram de menor proporção. Infelizmente, a doença não foi banida do planeta e, mesmo nos dias atuais, comunidades carentes em diversos locais do mundo, incluindo Índia, Congo, Estados Unidos, Bolívia, Peru e

Brasil, ainda padecem de mortes evitáveis por uma doença que conhecemos há séculos.

A Europa renascida após a Peste resolveu então descobrir o mundo. Nesse mesmo contexto histórico, a epidemiologia nasce definitivamente através dos trabalhos de Girolamo Fracastoro, misto de médico, matemático e poeta, um renascentista na aceção do termo, que em seu poema "Syphilidis, sive Morbi Gallici" descreve os mecanismos básicos de transmissão da sífilis, a partir das observações de casos e relatos de surtos da doença, frutos do contato íntimo e dos lençóis sujos de encontros entre marinheiros infectados e prostitutas e destas a outros cidadãos (Pesapane, Marcelli, & Nazzaro, 2015). Fracastoro demonstra que, para entender epidemias e pandemias, alguém deve se despojar de preconceitos e buscar compreender simplesmente a verdade, por mais inconveniente que ela seja. Ele mesmo ainda está na base do conhecimento sobre a epidemiologia da Febre Aftosa em bovinos, mostrando o caráter interdisciplinar necessário àqueles que se dedicam ao estudo de doenças transmissíveis. As Grandes Navegações trazem, sob a óptica dos europeus, as novas terras, e rotas comerciais representavam o novo tráfego de bens, novas oportunidades de negócios e acúmulo de riquezas.

## Novo Mundo

A civilização europeia ganha espaço vital, os produtos das Américas, incluindo novos vegetais, animais e principalmente minerais, fazem aflorar uma nova era de descobertas e uma revalorização do conhecimento, um novo sentido para a ciência e para as artes. Se para a Europa o clima era de alívio, renovação e redenção, para os povos originais das Américas a chegada dos gananciosos navegadores representava um futuro bem diferente. Após os primeiros contatos com europeus, até 95% das populações nativas no Novo Mundo foram exterminadas por doenças trazidas pelos europeus (Sessa, Palagiano, Scifoni, di Pietro, & Del Piano, 1999). A história do genocídio dos povos americanos é a história de uma guerra biológica de proporções colossais. A subjugação e o extermínio dos povos pré-colombianos se sucederam com uma pequena porção de mortes pelas armas de fogo, a maior parte deste serviço nefasto se deu pela introdução da varíola. Isolados por pelo menos 10.000 anos de história, astecas e outros povos não possuíam qualquer imunidade à doença e estima-se que o vírus tenha dizimado cerca de 20 milhões de indivíduos logo após a sua introdução e outros 35 milhões de indivíduos em outros locais (Fenner, 1993). Uma arma adequada contra a disseminação da varíola só chegaria ao final do século XVIII com os trabalhos de Edward Jenner (Damaso, 2018), seu suposto interesse especial pela pele delicada das mãos de jovens ordenhadeiras (Boylston, 2018), testes bem-sucedidos da inoculação de um menino com material oriundo da pele de vacas infectadas com algo que ele nem imaginava ser um vírus e, afinal, a primeira vacina. Outro inovador disruptivo de verdade.

Os séculos que se seguiram deram espaço para outras epidemias gigantescas. Novas ondas da Peste Negra, a disseminação global da varíola, a importação da Febre Amarela às Américas através da estupidez representada pelo tráfico de populações africanas (Cathey & Marr, 2014) foram o prelúdio para o desenvolvimento da microbiologia no século XIX. Pasteur, Koch, Listers, Finlay e outros lançaram as bases para o entendimento real das doenças infecciosas. As terríveis epidemias de Febre Amarela no Rio de Janeiro e em outros locais das Américas ao século XIX trouxeram a possibilidade e a necessidade de uma resposta coordenada entre as nações para o combate e estudo de pandemias e, somados ao nascente sentimento de pan-americanismo, levam à consequente formação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Com a sedimentação da microbiologia como ciência e o nascimento da Virologia ao final do século XIX, o mundo estava ao menos mais ciente das causas e mais capacitado a tentar combater as doenças transmissíveis. Mas nada disso permitiu que entendêssemos e pudéssemos bloquear na velocidade adequada o que estava por vir logo mais à frente.

O século XX nasce com a promessa do domínio da natureza pelo homem, a expectativa de famílias se deslocando em carros voadores ao final do mesmo século parecia bastante plausível naquele momento. O avião, a industrialização, a engenharia, a eletricidade, a nova medicina, dotada de higiene, anestésicos e vacinas, pareciam as bases de uma sociedade sem limites para o sucesso e a felicidade. Mas a espécie não se ajuda. Os conflitos territoriais e ideológicos jogam as nações na I Guerra Mundial. As condições sanitárias precárias das frentes de batalha são um cenário adequado à amplificação inicial de uma nova crise sanitária de proporções mundiais. A Gripe de 1918 sobrevém exatamente no relógio normal das grandes pandemias correspondentes à introdução de novos vírus Influenza em seres humanos; a cada 3 décadas passaremos por isso.

### Nova linhagem viral

Em 1918, os idosos que tinham sobrevivido à pandemia de gripe de 1886 se mostravam imunes, mas os jovens, incluindo soldados, morriam em grande quantidade ou eram destinados a retornar aos seus países de origem em massa, sem condições de permanecer lutando. A estupidez da guerra de trincheiras era agora exacerbada pela introdução de uma nova linhagem viral, que causaria o óbito de 30 milhões de seres humanos ou, em perspectivas mais pessimistas, até 50 milhões de nós (Taubenberger, Kash, & Morens, 2019). O espalhamento do vírus através do movimento transcontinental de indivíduos infectados guarda características comuns a diversas pandemias: a culpabilização de um ou outro grupo humano (Gripe “Espanhola”, Febre “Russa” são alguns dos nomes dados à doença conforme o interlocutor atingido); a tentativa infeliz dos governos de esconderem a real situação (especialmente os países envolvidos na guerra

tentaram encobrir o número expressivo de mortes entre soldados); as promessas de curas e panaceias (no Brasil, o uso de quinino e gengibre foi promulgado com relativo fanatismo como um tratamento eficaz da gripe); a negação e a minimização da ameaça (nos Estados Unidos, tal qual como agora em 2020, indivíduos se manifestam contra o uso de máscara, sob o pretexto da “liberdade de respirar”) (Balinska & Rizzo, 2009). Como vemos, muitas atitudes de enfrentamento às pandemias se mantêm arraigadas no comportamento humano, mesmo com os avanços científicos. As vítimas e os profissionais de saúde da pandemia de 1918 nem sabiam se tratar de um vírus, essa descoberta viria décadas mais tarde.

O trauma da gripe passou a ocupar boa parte dos pesadelos coletivos da humanidade no século XX. Os estudos em doenças bacterianas como a tuberculose, os antibióticos, as experiências anteriores e contemporâneas com viroses, como a varíola, a

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



poliomielite e o sarampo, as manifestações recorrentes das doenças virais transmitidas por mosquitos, os desenvolvimentos metodológicos e tecnológicos ao longo da primeira metade do século fazem nascer um tempo em que a humanidade percebe a possibilidade de estabelecer algumas estratégias de controle e tratamento mais adequadas perante o desafio das doenças infecciosas. A II Guerra Mundial e seus horrores dão origem a um necessário conjunto de organismos internacionais, incluindo a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde. A formação de um sistema internacional de pesquisa, nem sempre tão colaborativo quanto deveria, mas adequadamente organizado e solidário através da mobilidade de pesquisadores, permite que a descoberta de novos vírus e outros micro-organismos não leve mais décadas, mas alguns meses ou anos, diagnósticos e vacinas, mais tarde estudos evolutivos baseados no genoma desses micro-

-organismos, nos possibilitem uma resposta ao menos mais rápida e em muitos casos mais assertiva.

A situação não é exatamente calma no horizonte das doenças infecciosas, mas, ao redor dos anos 1980, o mundo parecia minimamente mais seguro do ponto de vista microbiológico. Nesse contexto, um inimigo, provavelmente introduzido a partir do contato com sangue de macacos infectados com vírus similares 60 anos antes na África, alcança o mundo ocidental no seu centro de poder. As grandes cidades norte-americanas, e logo cada metrópole do mundo, veem nascer um desafio emergente, uma das pandemias mais prolongadas da história recente (Barré-Sinoussi, Ross, & Delfraissy, 2013). Inicialmente descrita em jovens homossexuais masculinos e usuários de drogas injetáveis, novamente com todo o preconceito e estupidez que isso pode prenunciar, a infecção pelo vírus da Imunodeficiência humana (HIV) logo alcança a todos, de crianças recém-nascidas a idosos (Abajobir *et al.*, 2017). Calcula-se que, a despeito das estratégias de prevenção e dos avanços no tratamento, sem uma vacina até o presente, as infecções pelo HIV tenham levado a óbito mais de 32 milhões de pessoas, entre 75 milhões de indivíduos sabidamente infectados (Worobey *et al.*, 2016).

### **E agora: os surtos e sustos dos últimos 20 anos e nosso futuro**

Uma das características inerentes à humanidade é sua capacidade de abstração e predição de problemas a partir de evidências acumuladas ou mesmo de raciocínio. Logo antes do alvorecer do séc. XXI, os sinais de alerta para novas pandemias estiveram ligados e operantes: o surgimento dos vírus Hendra (1994) e Nipah (1998) trouxe diversos ensinamentos úteis àqueles que lidam com a árdua tarefa de adivinhar a chegada de novos vírus à espécie humana. Esses agentes têm em comum serem do grupo dos Paramixovírus, um conjunto de agentes sempre curioso de novos hospedeiros e terem se disseminado a partir de morcegos para populações de animais domésticos, equinos e suínos, respectivamente, e destes de forma letal aos seres humanos (Sweileh, 2017). Lições aprendidas: a degradação ambiental tem um custo, você não invade o território de outras espécies sem conviver também com seus patógenos; a criação de animais em larga escala requer cuidados específicos, já que diversos desses novos vírus da natureza precisarão fazer um estágio em espécies domésticas antes de chegar aos humanos; medidas restritivas que permitam o rápido controle da disseminação desses novos agentes são fundamentais para evitar problemas posteriores de maior magnitude.

Os anos se passaram, chegamos ao séc. XXI, ainda sem carros voadores, e o que vemos é um panorama em que as alterações geográficas locais e globais, em um modelo de desenvolvimento social baseado, primeiramente, no desenvolvimento econômico ancorado em crescimento, nos levam a um intenso impacto ambiental. Tais eventos somados à dispersão facilitada de vetores pelas mudanças



climáticas e à extinção de habitats têm nos jogado em uma sucessão de pandemias. Em 2003, o Sars-CoV original, uma ameaça de grande monta, foi, felizmente, contido em Hong Kong, seu foco inicial. O mesmo ocorreu em 2013 com outro “aviso” do poder devastador dos coronavírus, a epidemia da Síndrome Respiratória Aguda do Oriente Médio (MERS), igualmente controlada (Leão *et al.*, 2020). Em 2009, a pandemia de Influenza mais recente, provocada por um vírus que já circulava em animais desde os anos 1990 e, de certa forma, passou “por baixo dos nossos radares” (Mena *et al.*, 2016). Nos anos 2010, as pandemias de Zika, com seus efeitos terríveis sobre os bebês, o aumento dos surtos de Dengue e o alastramento da Chikungunya às Américas. A Febre Amarela se disseminando violentamente e de forma cada vez mais frequente entre macacos na América do Sul, humanos sofrendo com essa doença aqui e na África (Robert, Stewart-Ibarra, & Estallo, 2020). Contradizendo Bezerra da Silva, quando tudo está ruim, sempre pode piorar e chegamos a 2019.

O novo coronavírus, chamado Sars-CoV-2, foi relatado pela primeira vez em 31 de dezembro de 2019, em Wuhan, China (Zhou *et al.*, 2020). Em 9 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a circulação do novo corona-

vírus. Seguindo a velocidade de aquisição de conhecimento própria dos dias atuais, a primeira sequência genômica do SARS-CoV-2 foi publicada por pesquisadores chineses no dia seguinte. Até o final de janeiro, vários países confirmaram casos envolvendo a importação de novos, incluindo Japão, Coreia do Sul, Itália, França, Espanha, Estados Unidos, Canadá e Austrália. Em final de fevereiro, o vírus chega ao Brasil. Desde lá, nosso país enfrenta mais esse capítulo na história das pandemias. A situação é gravíssima, uma emergência sanitária que só tem paralelo na história recente na pandemia de Gripe de 1918 e ainda deve nos acompanhar por algum tempo (Kissler, Tedijanto, Goldstein, Grad, & Lipsitch, 2020). Lamentavelmente, cometemos erros muito similares aos descritos para as pandemias do passado, o número de pessoas infectadas e os óbitos guardam uma tristeza enorme. Felizmente, por outro lado, as ciências mundial e brasileira têm dado respostas de inequívoca importância no diagnóstico, desenvolvimento de tratamentos e vacinas, em um futuro a médio prazo, não sem enormes baixas, não sem crise socioeconômica, não sem muito ressentimento, teremos vencido o desafio da Covid-19. É o que nós, humanos, fazemos, superamos. Infeliz-

Foto: freepik.com



mente, no entanto, nada aponta na direção de que pandemias e emergências sanitárias em geral se tornem mais raras ou infrequentes. Pelo contrário, mantidos os sistemas atuais de produção de bens e serviços, o modelo de sociedade baseado amplamente no consumo, com evidente ultrapassagem dos limites de sustentabilidade global, não podemos esperar outra coisa que não novas emergências sanitárias.



## Referências

- Benedictow, O. J. (2019). Epidemiology of Plague: Problems with the Use of Mathematical Epidemiological Models in Plague Research and the Question of Transmission by Human Fleas and Lice. *The Canadian Journal of Infectious Diseases & Medical Microbiology = Journal Canadien Des Maladies Infectieuses et de La Microbiologie Medicale*, 2019, 1542024. <https://doi.org/10.1155/2019/1542024>
- Damaso, C. R. (2018). Revisiting Jenner's mysteries, the role of the Beaugency lymph in the evolutionary path of ancient smallpox vaccines. *The Lancet. Infectious Diseases*, 18(2), e55–e63. [https://doi.org/10.1016/S1473-3099\(17\)30445-0](https://doi.org/10.1016/S1473-3099(17)30445-0)
- Düx, A., Lequime, S., Patrono, L. V., Vrancken, B., Boral, S., Gogarten, J. F., ... Calvignac-Spencer, S. (2020). Measles virus and rinderpest virus divergence dated to the sixth century BCE. *Science*, 368(6497), 1367 LP – 1370. <https://doi.org/10.1126/science.aba9411>
- Ehrenkranz, N. J., & Sampson, D. A. (2008). Origin of the old testament plagues: explications and implications. *The Yale Journal of Biology and Medicine*, 81(1), 31–42. Retrieved from <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18604309>
- Hon, K. L. E., Ng, P. C., & Leung, T. F. (2010b, August). Retraction: Influenza or not influenza: analysis of a case of high fever that happened 2000 years ago in Biblical time. *Virology Journal*. <https://doi.org/10.1186/1743-422X-7-190>
- Hopkins, D. R. (1985, January). Smallpox entombed. *Lancet* (London, England). England. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(85\)91953-1](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(85)91953-1)
- Leão, J. C., Gusmão, T. P. de L., Zarzar, A. M., Leão Filho, J. C., Barkokebas Santos de Faria, A., Morais Silva, I. H., ... Carvalho, A. de A. T. (2020). Coronaviridae-Old friends, new enemy! *Oral Diseases*. <https://doi.org/10.1111/odi.13447>
- McGeoch, D. J., Rixon, F. J., & Davison, A. J. (2006). Topics in herpesvirus genomics and evolution. *Virus Research*, 117(1), 90–104. <https://doi.org/10.1016/j.virusres.2006.01.002>
- Mena, I., Nelson, M. I., Quezada-Monroy, F., Dutta, J., Cortes-Fernández, R., Lara-Puente, J. H., ... Garcia-Sastre, A. (2016). Origins of the 2009 H1N1 influenza pandemic in swine in Mexico. *ELife*, 5. <https://doi.org/10.7554/eLife.16777>
- Pesapane, F., Marcelli, S., & Nazzaro, G. (2015). Hieronymi Fracastorii: the Italian scientist who described the "French disease". *Anais Brasileiros de Dermatologia*, 90(5), 684–686. <https://doi.org/10.1590/abd1806-4841.20154262>
- Sessa, R., Palagiano, C., Scifoni, M. G., di Pietro, M., & Del Piano, M. (1999). The major epidemic infections: a gift from the Old World to the New? *Panminerva Medica*, 41(1), 78–84.
- Spyrou, M. A., Keller, M., Tukhbatova, R. I., Scheib, C. L., Nelson, E. A., Andrades Valtueña, A., ... Krause, J. (2019). Phylogeography of the second plague pandemic revealed through analysis of historical *Yersinia pestis* genomes. *Nature Communications*, 10(1), 4470. <https://doi.org/10.1038/s41467-019-12154-0>
- Taubenberger, J. K., Kash, J. C., & Morens, D. M. (2019). The 1918 influenza pandemic: 100 years of questions answered and unanswered. *Science Translational Medicine*, 11(502). <https://doi.org/10.1126/scitranslmed.aau5485>
- Worobey, M., Watts, T. D., McKay, R. A., Suchard, M. A., Granade, T., Teuwen, D. E., ... Harold, W. (2016). early HIV / AIDS history in North America. *Nature*, 1–17. <https://doi.org/10.1038/nature19827>
- Zhou, P., Yang, X.-L., Wang, X.-G., Hu, B., Zhang, L., Zhang, W., ... Shi, Z.-L. (2020). A pneumonia outbreak associated with a new coronavirus of probable bat origin. *Nature*. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2012-7>

# Flexibilizações normativas na Educação no Brasil... para quem?

**O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica, etc., que estão nos condenando à desumanização. (FREIRE, 2000, p.99)**

## artigo

Sani Belfer Cardon

Diretor do Sinpro/RS  
e Professor da PUCRS.

**D**ou início a este tema questionando o termo que estão utilizando de forma corriqueira durante a pandemia sobre a “flexibilização”. Compreendo a necessidade de adequações às novas experiências nas quais todos nós, sem termos escolhido, estamos imersos na busca de soluções para os desafios e os obstáculos dessa doença que acometeu todo o planeta.

No começo, as instituições, tanto públicas como privadas, se depararam com uma situação inesperada e sem orientação dos órgãos reguladores da Educação de como dar prosseguimento às atividades letivas tanto da educação básica como da educação superior. E aqui cabe, talvez, avaliar o quanto o poder público no setor da Educação está atrasado em relação à iniciativa privada.

Em poucos dias, houve a organização do ensino privado para este novo período que se apresentava, em que começaram a ser apresentadas soluções de aulas síncronas e assíncronas para a maioria dos estudantes desse setor educacional, ao contrário da estrutura pública, que demorou para estabelecer saídas para dar continuidade aos estudos, tanto para estudantes dos níveis básicos como superiores, aumentando esse “abismo” existente entre o público e o privado.

Por outro lado, identificou-se que o ramo mercantilista do ensino privado viu nesse contexto a oportunidade para estimular um aumento das flexibilizações para além do necessário neste período, já pensando futuramente na manutenção dessas flexibilizações pretendidas há muito tempo. De tal forma que alguns setores estão defendendo politicamente que não voltaremos mais ao dito normal e teremos um novo normal, se beneficiando dessas políticas para o seu futuro “negócio”, clássico deste segmento oportunista que quer se beneficiar com a tragédia que se instalou no nosso país.

A primeira fase da flexibilização veio através da Lei nº 14040/2020, a qual estabelecia, como foco principal, a possibilidade de flexibilizar os dias letivos, tendo como ementa o seguinte:



Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS

Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Medida em conformidade com o normatizado pelo art. 24º da LDB 9394/96, que define o ano letivo com, no mínimo, 200 dias letivos, conforme descrição a seguir:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:  
I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de **duzentos dias**. (grifo do autor)

A mesma medida estabelece, ao mesmo tempo, que essa flexibilização anteriormente citada não permite a variação da carga horária, regulada da seguinte maneira nesta mesma lei ordinária da educação, no artigo anterior, de nº 23, conforme o que segue:

§ 2º. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Ocorre que o Ministério da Educação (MEC) deveria encabeçar a política educacional brasileira neste período de excepcionalidade para dar o rumo às secretarias, aos conselhos municipais e estaduais, além das mantenedoras e da comunidade escolar, envolvendo os professores, alunos, servidores e pais, tanto da iniciativa pública como privada.

No entanto, o que vemos é uma posição passiva e sem liderança dos ministros que passaram, autorizando que os estados adotassem medidas próprias para adequação das rotinas, gerando, no caso do Rio Grande do Sul, a primeira medida normativa por conta do Conselho Estadual de Educação (CEEEd-RS), órgão normativo e autônomo que exarou o parecer 01/2020, regulamentando as atividades domiciliares:

Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades escolares, excepcionalmente, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao novo Coronavírus – Covid-19.

Da mesma forma que o MEC, o próprio Conselho Nacional de Educação (CNE) demorou muito para exarar as normativas para orientar a comunidade educacional do Brasil, permitindo muitas especulações e, de certo modo, desorganizando, principalmente, as mantenedoras públicas responsáveis pela manutenção das suas escolas.

Somente no mês de maio do corrente ano o Conselho Nacional de Educação exarou o parecer 05/2020, apresentando um leque de alternativas, com medidas poucos restritivas, ampliando a possibilidade de aproveitamentos educativos realizados de forma pretérita e futura das instituições de ensino, como se expressa a ementa:

Parecer nº 05/2020, que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e sobre a possibilidade de cômputo de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19.

Cabe destacar que esse Conselho, por não ser autônomo, necessita da homologação por parte do ministro da Educação, que ocorreu tardiamente e ainda de forma parcial, no mês seguinte à normativa. Dessa maneira, possibilitou que os próprios estados tomassem medidas anteriores ao parecer do CNE.

Outrossim, ressalta-se que esse parecer dispõe sobre a necessidade de os Conselhos de Educação dos estados regularem, de acordo com as suas peculiaridades, abrindo assim a possibilidade de termos medidas um pouco mais restritivas para garantia de uma educação de qualidade.

MEC e CNE demoraram para exarar as normativas, permitindo especulações e desorganizando o trabalho das mantenedoras das escolas públicas.

Dentre as flexibilizações mais evidentes, destaco três daquelas que podem ter um grau de reflexo mais relevante no processo educacional, seja para o aspecto positivo ou negativo, dependendo da forma como serão interpretadas pelas mantenedoras. A primeira diz respeito aos dias letivos que necessariamente terão que utilizar outros critérios para dar conta das horas mínimas legais, como a ampliação do turno ou tarefas para os estudantes, e como serão comprovadas essas alternativas. A segunda seria a possibilidade dos estágios e práticas também ocorrerem de modo remoto e, por último, a necessidade de a escola fazer um diagnóstico das perdas dos alunos neste período e propor atividades de recuperação.

Foto: Antonio Cruz / Agência Brasil



Em relação aos dias letivos, trago aqui a reflexão sobre um aspecto que poderá gerar prejuízos maiores aos estudantes da escola pública. São recorrentes as informações, tanto dos órgãos que regulam o sistema de ensino quanto da mídia, que no Rio Grande do Sul as mantenedoras das escolas demoraram muito tempo para estabelecer um plano de atendimento, deixando muitos sem atividades domiciliares neste período, ao contrário das privadas, que foram ágeis e proativas na resolução dos problemas. Desta maneira, quem terá que avançar no próximo ano letivo provavelmente serão as escolas públicas, por falta de investimento e vontade política de serem ágeis e dinâmicas em uma solução imediata.

Quando falamos em estágios, nos remetemos a uma grande gama de possibilidades, alguns nas áreas da saúde e do meio ambiente, outros nas áreas das licenciaturas e humanidades e, ainda, em outros setores da informática, edificações, entre outros. Neste momento, temos que ter cuidado para não colocar todos em um mesmo critério. Devemos escutar os órgãos reguladores e provisionais das diferentes esferas para as definições, conforme fez o Conselho Estadual de Educação, que, antes de exarar o Parecer 02/2020, fez audiências públicas com os conselhos respectivos das mais variadas áreas para a construção do Parecer que tem como ementa o seguinte:

Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre a reorganização do Calendário Escolar e o desenvolvimento das atividades escolares em razão da Covid-19.

E, especificamente, destaca a orientação em relação aos estágios e práticas, conforme segue o artigo 3.4:

Da Educação Profissional: Nos Cursos Técnicos e Especializações Técnicas de nível médio, excepcionalmente enquanto durar o estado de calamidade pública no RS, os componentes curriculares podem ser trabalhados de forma não presencial, conforme dispõe a LDBEN, através de atividades domiciliares, mediadas ou não por TDICs, considerando: a) Estágios e Práticas: diante da complexidade do tema, destaca-se como necessário o cumprimento do proposto no Plano de Curso aprovado, podendo os estágios e práticas dos cursos técnicos e de especializações, onde for possível, serem realizados de forma não presencial, exceto

Foto: Rodrigo Peixoto / Seduc





# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

sos técnicos e especializações técnicas de nível médio do eixo tecnológico ambiente e saúde, no âmbito da área profissional da Saúde.

E a terceira flexibilização destacada diz respeito à sondagem diagnóstica e aos estudos de recuperação, a qual também é prevista na LDB, no artigo 24, inciso V, letra e:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar.

Ou seja, para ocorrer essa recuperação, são necessários recursos, profissionais e horário disponível para possibilitar essa orientação. E aqui cabe mais uma alarmante comprovação: quem terá acesso serão, principalmente, os alunos da iniciativa privada,

por todos os recursos disponíveis, ao contrário da educação pública, que já não tem professores para as atividades regulares e estará ampliando essa dificuldade na execução dessa proposta.

Portanto, essas medidas irão aumentar o distanciamento entre a escola pública e a escola privada, devido à recorrente falta de investimentos derivada da inexistência de uma política de Estado que há muito tempo assola a educação brasileira, com repercussão direta na qualidade de ensino do Rio Grande do Sul. Neste momento, podemos lamentar essa situação a que mais uma vez os estudantes da escola pública estão submetidos, por uma falta real de investimento, que deveria ser prioritário, na Educação.

## Referências

- BRASIL, Medida provisória 934/2020.
- BRASIL- Lei de Diretrizes de Base da Educação 9394/96.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- Parecer 05/2020.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO- Parecer 01/2020.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO- Parecer 02/2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo, PAZ e TERRA, 2000.

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ENSAIOS

- **Os artigos técnico-científicos deverão versar sobre o professor** e o mundo da escola privada, a institucionalidade educacional e sua dinâmica política e gerencial.
- **Os ensaios deverão versar sobre pesquisa científica realizada** por professores, em diferentes áreas da ciência.
- **No caso de artigos técnico-científicos, os originais deverão ter** um mínimo de 4 páginas (7 mil caracteres) e no máximo 6 páginas (12 mil caracteres).
- **No caso de ensaios científicos, os originais deverão ter no** mínimo 8 páginas (22.200 caracteres) e no máximo 12 páginas (28.800 caracteres).
- **O texto deverá ser precedido do título, do nome e da titulação** principal do autor, um resumo de aproximadamente 8 linhas, compreendendo os conceitos e as conclusões principais do artigo e palavras-chave do texto.
- **Ao texto deverá ser anexada ficha, incluindo telefone, e-mail,** endereço e um currículo abreviado do autor.
- **As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do** artigo e obedecerão à ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR-6023 da ABNT.
- **A citação (NB-896), no corpo do texto, deverá aparecer entre** aspas, sugerindo-se o nome do autor ou autores, data da publicação e o número da página referenciada entre parênteses, separados por vírgula.
- **Eventuais gráficos, tabelas e outros elementos gráficos** podem constar no texto para referência, mas as artes originais devem ser enviadas em separado e nos formatos em que foram geradas.
- **Os trabalhos enviados serão apreciados pela Comissão** Editorial e por especialistas. O autor receberá comunicação relativa aos pareceres emitidos.
- **A Revista Textual permite-se fazer pequenas alterações no** texto: no caso de modificações substanciais, elas serão sugeridas ao autor, que providenciará a devida revisão.
- **A Revista Textual não se responsabiliza pelos conceitos** emitidos em matéria assinada a que dê publicação.
- **Os ensaios e artigos devem ser enviados** por e-mail (textual@sinprors.org.br) no formato .doc gerados a partir do editor de texto Microsoft Word ou equivalente.
- **Os direitos autorais dos artigos ficam reservados ao Sindicato** dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, condicionando-se sua reprodução integral à autorização expressa e as citações eventuais à obrigatoriedade de citação da autoria e da Revista Textual.
- **A princípio, não são aceitas colaborações que já tenham sido** publicadas em outras revistas brasileiras ou estrangeiras.
- **Fotos que acompanham artigos ou ensaios devem ser** fornecidas com tamanho mínimo de 21 cm de largura com resolução de 300 dpi.

**textual**  
R E V I S T A

### Revista Textual

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre - RS – CEP 90040-000

Fone: (51) 4009.2980 – e-mail: textual@sinprors.org.br

www.sinprors.org.br/textual



Publicação

**Sinpro/RS**

[www.sinprors.org.br/textual](http://www.sinprors.org.br/textual)



[facebook.com/SinproRS](https://facebook.com/SinproRS)



[twitter.com/SinproRS](https://twitter.com/SinproRS)



[instagram.com/SinproRS](https://instagram.com/SinproRS)



[youtube.com/SinproRS](https://youtube.com/SinproRS)